



Ensino Fundamental

8º
ano

História Geral e do Brasil

Manual exclusivo do aluno



INSTITUTO EDUCACIONAL
VERA CRUZ

Capítulo 1

A Sociedade Europeia do Antigo Regime

No século XVIII, a sociedade europeia era profundamente desigual e hierarquizada. O clero e a nobreza formavam os grupos dominantes. Eles eram donos das maiores propriedades de terra e estavam isentos de muitos impostos. O restante da população era formado basicamente por camponeses, trabalhadores urbanos e burgueses.

Esse grupo não tinha acesso aos postos de comando e pagava altos impostos. A origem ou o nascimento de cada indivíduo, mais do que sua própria renda, determinava sua posição na sociedade. Uma pessoa que não fosse nobre até poderia enriquecer, mas dificilmente teria acesso aos privilégios dos grupos dominantes.

Por isso, os grupos que formavam aquela sociedade recebem o nome de estamentos e a sociedade europeia do Antigo Regime foi chamada de estamental.

O Iluminismo, também conhecido como ilustração, foi um movimento de reação que surgiu no interior do Antigo Regime.

Seus membros, basicamente intelectuais de diversas áreas do conhecimento, criticavam a influência política e cultural da Igreja, os privilégios da nobreza, a servidão no campo, os monopólios comerciais de certas corporações do Estado e a censura.

Os pensadores iluministas defendiam a igualdade de natureza, ou seja, ninguém deveria ter privilégios em razão de sua origem familiar ou social. Para eles, a riqueza consistia na capacidade de trabalhar, aperfeiçoar a produção e gerar cada vez mais investimentos e lucros.

Os primeiros questionamentos que abalariam o velho regime ganharam corpo nas Revoluções Inglesas do século XVII. Porém, foi na França, durante o século XVIII, que o iluminismo atingiu o seu auge. Os ideais iluministas influenciaram a política, a economia, a educação, a cultura, a arte e a moral.



Gravura do século XVIII que representa o filósofo iluminista Voltaire sentado à sua mesa. Biblioteca Nacional da França, Paris. O termo “iluminismo” originou-se da ideia de que a Europa viveu um longo período de trevas, a Idade Média, resultado do controle da Igreja sobre a cultura e a sociedade. Na visão dos iluministas, só a razão poderia colocar a história humana no caminho da luz.

Não Tenha Medo de Usar o Intelecto!

Na visão iluminista, o ser humano sempre deveria usar a razão e deixar de lado o misticismo e a superstição. Os ilustrados também acreditavam na capacidade humana de criar um mundo melhor, de realizar inventos e de controlar a natureza por meio da ciência. Acompanhe, a seguir, as ideias de alguns dos principais pensadores iluministas.

✓ John Locke (1632-1704). O filósofo inglês defendia que todo homem tinha direitos naturais, como a liberdade, a felicidade e a prosperidade, que deveriam ser garantidos pelos governos. Estes, por sua vez, deveriam nascer de um pacto com a sociedade, que aceitaria ser governada para superar os conflitos entre os indivíduos. Os governantes, porém, poderiam ser destituídos caso não correspondessem aos interesses comuns.

✓ Charles-Louis de Secondat (1689-1755). O barão de Montesquieu, como ficou conhecido, defendia a liberdade dos indivíduos, que seria assegurada por um conjunto de leis, e a criação de três poderes: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Essa tripartição evitaria o isolamento dos governantes e permitiria maior equilíbrio entre as esferas de poder.

✓ François-Marie Arouet (1694-1778). Conhecido como Voltaire, o filósofo francês criticou em suas obras o absolutismo monárquico e a Igreja Católica. O autor defendeu a liberdade de expressão como meio de livrar o povo da superstição e da ignorância.

✓ Jean-Jacques Rousseau (1712-1778). Afirmava que o poder pertencia ao povo e que, portanto, todo governo deveria estar submetido à vontade soberana do povo. Para isso, as pessoas deveriam ser criadas com liberdade. Também acreditava que o homem, naturalmente bom, foi desvirtuado pela sociedade.

Divulgar o conhecimento era a principal atividade dos iluministas. Essa preocupação levou o filósofo francês Denis Diderot (1713-1784) e o matemático Jean D'Alembert (1717-1783) a organizar a *Enciclopédia*. Por essa razão, os iluministas também ficaram conhecidos como enciclopedistas.

A *Enciclopédia* foi produzida por diversos intelectuais, editores, resenhistas e ilustradores. Ela pretendia conter o resumo de todo o saber ocidental existente até aquele momento, expor os avanços técnicos e científicos do século XVIII e reagir às interferências religiosas, tratadas, na obra, como superstições.

Luzes na Educação

Com relação à educação, os iluministas combatiam o ensino privado e religioso. Em geral, os pensadores defendiam que a educação elementar deveria ser obrigatória, dirigida pelo Estado e gratuita para atender a todos. Eles propunham uma educação laica, na qual o currículo escolar não poderia ser determinado pelos princípios de nenhuma crença religiosa, e orientada para o estudo das ciências, dos ofícios e das técnicas. Dessa forma, a instrução escolar devia preparar os alunos para o trabalho.

Os princípios liberais da educação foram implantados na Europa ao longo dos séculos XVIII e XIX. Apesar de o iluminismo defender a extensão do ensino a todos os cidadãos, prevaleceu a divisão entre uma escola voltada para os burgueses e outra voltada para o povo.

No Brasil, o modelo liberal de educação foi progressivamente reafirmado pelas legislações republicanas do século XX, que estabeleceram o caráter laico e universal do ensino e a necessidade de preparar os jovens para o trabalho.

O Liberalismo Econômico

No campo da economia, destacou-se o pensador escocês Adam Smith (1723-1790). Em sua obra *Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*, publicada em 1776 e que se tornou a base do pensamento econômico liberal, Smith criticou os fundamentos do mercantilismo.

O Liberalismo Econômico defendia o fim da intervenção estatal na economia. Dessa forma, o mercado seria orientado pela lei da oferta e da procura.

Ao mesmo tempo, em lugar dos metais preciosos que os Estados mercantilistas acumulavam como símbolo de riqueza, o trabalho passava a ser visto pelos liberais como a verdadeira fonte geradora de riqueza.

A obra de Smith obteve sucesso rápido e suas ideias se difundiram facilmente entre a burguesia, insatisfeita com a política econômica dos Estados modernos e defensora da liberdade de comércio e produção.

Filosofia e Ficção

Nem todos os escritos iluministas eram tratados filosóficos. Ao contrário, alguns dos principais pensadores recorreram a textos ficcionais para desenvolver e divulgar suas ideias.

Voltaire, por exemplo, escreveu uma divertidíssima história de ficção, *Cândido* ou *O Otimismo* (1759), em que satirizou aqueles que acreditavam que as ações divinas eram favoráveis

aos homens ou que havia uma ordem universal prévia, harmoniosa e regrada pela justiça de Deus.

Rousseau também recorreu à ficção para transmitir suas principais ideias. No romance *Emílio* ou da educação (1757), descreveu as características da boa educação, capaz de impedir uma criança de tornar-se um adulto mau. Acompanhe um trecho dessa obra a seguir.

"Nascemos fracos, precisamos de força; nascemos desprovidos de tudo, temos necessidade de assistência; nascemos estúpidos, precisamos de juízo. Tudo o que não temos ao nascer, e de que precisamos adultos, é nos dado pela educação. [...]"

O desenvolvimento interno de nossas faculdades e de nossos órgãos é a educação da natureza; o uso que nos ensinam a fazer desse desenvolvimento é a educação dos homens; e o ganho de nossa própria experiência sobre os objetos que nos afetam é a educação das coisas.

Cada um de nós é, portanto formado por três espécies de mestres. O aluno em quem as diversas lições desses mestres se contrariam é mal-educado e nunca estará de acordo consigo mesmo [...]."

O Despotismo Esclarecido

Inspirados pelas novas correntes de pensamento liberais e ilustradas, diversos monarcas europeus procuraram, na segunda metade do século XVIII, modernizar seus Estados. Isso não significava maior liberdade e participação política do povo. O objetivo era promover reformas que tornassem a administração do reino mais eficiente e, ao mesmo tempo, preservar a ordem social e o absolutismo monárquico.

Esses reis ficaram conhecidos como déspotas esclarecidos. Entre eles estão a rainha Catarina II, da Rússia, e os reis José I, de Portugal, Frederico II, da Prússia, José II, da Áustria, e Carlos III, da Espanha.

Carlos III, por exemplo, buscou aproximar seu reino das transformações modernizadoras em curso em outras partes da Europa, como a França e a Inglaterra. Empenhou-se em estreitar o controle administrativo e fiscal sobre as colônias espanholas na América, de forma que proporcionasse maiores lucros à metrópole. Com esse objetivo, expulsou os jesuítas da América espanhola e instituiu novos impostos e novas divisões governamentais, como o Vice-Reino do Rio da Prata. Esperava, assim, criar condições para dinamizar a dependente economia metropolitana.

De que Forma Seria Possível Impedir a Tirania?

"Existem três espécies de governo: o republicano, o monárquico e o despótico [...]. Suponho três definições, ou melhor, três fatos: o governo republicano é aquele no qual o povo em

seu conjunto, ou apenas uma parte do povo, possui o poder soberano; o monárquico, aquele onde um só governa, mas através de leis fixas e estabelecidas; ao passo que, no despótico, um só, sem lei e sem regra, impõe tudo por força de sua vontade e de seus caprichos [...]. Para que não se possa abusar do poder, é preciso que pela disposição das coisas, o poder limite o poder [...].

Existem em cada Estado três tipos de poder: o Poder Legislativo, o Poder Executivo das coisas que dependem do direito das gentes e o Poder Executivo daqueles que dependem do direito civil.

Com o primeiro, o príncipe ou o magistrado cria leis por um tempo ou para sempre e corrige ou anula aquelas que foram feitas. Com o segundo, ele faz a paz ou a guerra, envia ou recebe embaixada, instaura a segurança, previne invasões. Com o terceiro, ele castiga os crimes, ou julga as querelas entre os particulares.

A liberdade política, em um cidadão, é esta tranquilidade de espírito que provém da opinião que cada um tem sobre sua segurança; e para que se tenha liberdade é preciso que o governo seja tal que um cidadão não possa temer o outro cidadão.

Quando, na mesma pessoa ou no mesmo corpo de magistratura, o Poder Legislativo está reunido ao Poder Executivo, não existe liberdade; porque se pode temer que o mesmo monarca ou o mesmo Senado crie leis tirânicas para executá-las tiranicamente.

Tampouco existe liberdade se o poder de julgar não for separado do Poder Legislativo e do Executivo. Se estivesse unido ao Poder Legislativo, o poder sobre a vida e a liberdade dos cidadãos seria arbitrário, pois o juiz seria legislador. Se estivesse unido ao Poder Executivo, o juiz poderia ter a força de um opressor.

Tudo estaria perdido se o mesmo homem, ou o mesmo corpo dos principais, ou dos nobres, ou do povo exercesse os três poderes [...].”

Que razões levaram os habitantes das treze colônias a iniciar a luta pela independência?

Os Estados Unidos e o Liberalismo Econômico

Você sabia que os Estados Unidos não possuem um sistema de saúde público universal, como no Brasil? Atualmente, os norte-americanos devem ter um seguro-saúde (empresarial ou particular) ou pagar por suas consultas e exames. As pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza têm direito a programas de saúde estaduais ou locais. Fora esses casos, não podem receber atendimento médico, a não ser em situações de emergência. Como os seguros de saúde individuais são muito caros, grande parte da população, cerca de 50 milhões de

pessoas, não tem nenhuma cobertura médica no país.

Com o objetivo de amenizar o problema, o presidente Barack Obama propôs a Lei de Proteção ao Paciente e Serviços de Saúde Acessíveis, mais conhecida como Obamacare, que foi aprovada pelo Congresso em março de 2010 e entrou em vigor no início de 2014.

A medida visa ampliar a cobertura do sistema de saúde para mais de 30 milhões de pessoas. A reforma obriga todas as pessoas residentes ou em trânsito nos Estados Unidos a aderirem a um seguro de saúde. Aqueles que não apresentarem condições financeiras para isso receberão uma ajuda parcial do governo. A ideia é expandir a cobertura do sistema e ampliar o mercado das seguradoras de saúde, oferecendo mais qualidade a preços mais baixos.

Os adversários republicanos afirmam que a reforma é uma interferência na vida privada do cidadão, ferindo os preceitos do liberalismo econômico clássico, que sempre nortearam a política econômica do país, e deverá ser financiada com os impostos do contribuinte. Os favoráveis argumentam que a reforma deverá estimular a concorrência entre as seguradoras de saúde, e beneficiará, no fim, o consumidor, que terá mais opções de planos de saúde para contratar. E você, o que pensa sobre isso?

Nas próximas páginas, estudaremos a Independência dos Estados Unidos e como o ideal do Liberalismo Econômico foi importante para os colonos questionarem a política mercantilista da Coroa inglesa.

O Mercantilismo Inglês

A Inglaterra, inicialmente, exerceu um controle menos rigoroso sobre suas treze colônias da América do Norte. Porém, as Revoluções Inglesas e a Revolução Industrial causaram importantes transformações políticas e econômicas no país que mudaram esse cenário. No século XVII, a Inglaterra tentou aumentar o controle sobre as treze colônias americanas com a criação das Leis de Comércio e Navegação que estabeleceram a cobrança de novos impostos.

A divergência entre os interesses da Coroa inglesa e os dos colonos se repetiria em outros momentos, como na Guerra dos Sete Anos (1756-1763). A origem do conflito estava na rivalidade comercial entre França e Inglaterra, que disputavam o domínio do comércio colonial na América do Norte. A causa imediata da guerra foi a disputa por áreas indígenas no Vale do Rio Ohio, importantes para a navegação fluvial.

Derrotada, a França perdeu as terras do atual Canadá, o Vale do Rio Ohio, a Índia, as Bahamas e o lado oriental da Louisiana. O triunfo da Inglaterra foi total.

Mas, mesmo vitoriosos, os ingleses tiveram enormes gastos militares com a guerra e, para buscar compensação financeira, procuraram arrecadar mais tributos dos habitantes das treze colônias, acirrando o descontentamento dos colonos em relação à metrópole.



A primeira medida aprovada pelo Parlamento inglês foi a chamada Lei do Açúcar (ou Lei da Receita), de 1764, que impunha aos colonos o pagamento de tarifas alfandegárias sobre diversos produtos usualmente importados, como melão, vinho, café, seda e linho.

No ano seguinte, foi promulgada a Lei do Selo, que instituiu um novo tributo sobre os documentos legais e toda sorte de textos impressos, como os periódicos (jornais, manifestos etc.). Seria preciso pagar uma tarifa para que os documentos produzidos exibissem o selo real, que comprovava se sua circulação tinha sido autorizada pela Coroa.

Gravura do século XVIII que representa cidadãos de Boston atacando um coletor de impostos. Repare que a Lei do Selo está fixada na árvore à direita.



Gravura de autor e época desconhecidos representando o Boston Tea Party (Festa do Chá de Boston), ocorrido em 1773. A irritação dos colonos contra as leis repressivas inglesas abriu caminho para a independência dos Estados Unidos

Os Colonos Reagem

Em 1773, o Parlamento Inglês concedeu o monopólio do comércio de chá à Companhia das Índias Orientais, sediada em Londres. Essa empresa passaria a distribuir o produto diretamente nas colônias. A medida, conhecida como Lei do Chá,

afetava os interesses dos colonos, que até então comercializavam o produto no mercado interno.

Pouco tempo depois, como resposta à nova lei, alguns colonos disfarçados de índios lançaram ao mar o carregamento de chá de três navios ingleses atracados no porto de Boston. Esse acontecimento ficou conhecido como Boston Tea Party (Festa do Chá de Boston).

O governo inglês reagiu à Festa do Chá decretando uma série de medidas, que ficaram conhecidas como Leis Intoleráveis. Veja a seguir.

O porto de Boston (o mais importante das treze colônias) foi fechado até que o valor da mercadoria lançada ao mar fosse pago pelos colonos.

A colônia de Massachusetts (localizada ao norte) foi ocupada por tropas do exército inglês.

As terras a oeste das treze colônias ficaram sob o controle militar da metrópole.

Tomados de profunda indignação, os líderes das colônias reuniram-se no Primeiro Congresso Continental da Filadélfia, em 1774, que determinou o boicote aos produtos ingleses. Influenciados pelos ideais iluministas, principalmente de Locke, que defendia o direito das pessoas de lutarem contra um Estado opressor, os colonos deram início a um movimento de resistência contra a Inglaterra.

É importante ressaltar, porém, que não havia um consenso entre as treze colônias em relação à ideia de independência. As colônias do sul, por exemplo, receavam que a separação desencadeasse revoltas internas, principalmente dos escravos, que poderiam se apropriar da ideia de liberdade e lutar pelo fim da escravidão.

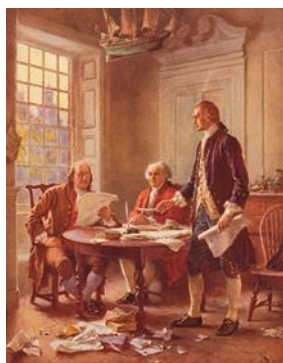
De qualquer forma, a influência das ideias iluministas, as imposições fiscais e as medidas repressivas das tropas inglesas foram fatores fundamentais para a independência das treze colônias americanas.

Os pensadores iluministas exerceram grande influência na independência dos Estados Unidos. Suas ideias eram divulgadas nas treze colônias principalmente por meio de panfletos e periódicos, que circulavam intensamente na Inglaterra do século XVII e na França do século XVIII.

A repressão dos governantes à divulgação das ideias libertadoras foi rigorosa. Panfletos e jornais foram proibidos e apreendidos, e os responsáveis por eles, presos e condenados.

A Declaração de Independência

Escrevendo a Declaração de Independência em 1776, gravura de Jean Leon Gerome Ferris, 1910. Biblioteca do Congresso, Washington.



A guerra de independência começou em março de 1775. Em maio do mesmo ano, representantes das colônias se reuniram no Segundo Congresso Continental da Filadélfia. Nesse congresso, ficou decidido o rompimento das treze colônias com a Inglaterra, e uma comissão, dirigida por Thomas Jefferson, encarregou-se de redigir a Declaração de Independência. O documento, inspirado nos princípios do iluminismo, foi aprovado em 4 de julho de 1776 e proclamava o direito das colônias à liberdade. Eis suas principais ideias:

- ✓ Todos os Homens Foram Criados Iguais.
- ✓ Todos têm direito à vida, à liberdade e à busca da felicidade.
- ✓ Sempre que uma forma de governo anular esses objetivos, o povo pode alterá-lo ou instituir um novo governo.
- ✓ As colônias unidas são Estados livres e independentes.

Em 1783 foi assinado na França o Tratado de Paris, pelo qual a Inglaterra reconhecia a independência dos Estados Unidos. Com a independência surgiu uma nova organização política no país, baseada nos princípios liberais do iluminismo: a república moderna.

Nessa forma de governo, as decisões dos cidadãos eram soberanas para conduzir a nação, ao contrário do que ocorria nos regimes aristocráticos.

Entretanto, muitos norte-americanos não tinham direito à participação política no país, pois não eram considerados cidadãos.

A escravidão africana foi mantida por mais quase cem anos, os índios continuaram sendo perseguidos e expulsos de suas terras e as mulheres conquistaram o direito ao voto apenas no século XX.

De que maneira a política do Antigo Regime favoreceu a eclosão da Revolução Francesa?

Desigualdades Sociais na França

A França, no final do século XVIII, era o segundo país mais populoso da Europa, com aproximadamente 25 milhões de habitantes. A população dividia-se em três ordens: o primeiro estado, composto pelo clero, o segundo estado, formado pela nobreza, e o terceiro estado, que reunia todas as pessoas que não pertenciam aos dois primeiros estados.

O primeiro e o segundo estados, juntos, representavam apenas 3% da população. Eles pagavam poucos impostos e tinham acesso aos principais cargos da administração pública, ou seja, exerciam efetivamente o comando do país.

O terceiro estado, por sua vez, apresentava grande diversidade interna. Ele incluía a grande burguesia, que vivia franca expansão comercial, os pequenos comerciantes locais, os profissionais liberais e os artesãos, além do conjunto de trabalhadores urbanos e rurais.

As desigualdades sociais na França, portanto, eram profundas. Mesmo no interior de cada estado, havia diferenças claras. Dentro do primeiro estado, o baixo clero não desfrutava das mesmas condições de vida do alto clero. O terceiro estado, por sua vez, reunia tanto a grande burguesia (economicamente ascendente, mas com pequena influência política), quanto os milhões de trabalhadores urbanos e rurais, à beira da miséria.

A rainha Maria Antonieta (1755-1793), esposa de Luís XVI, realizava, com frequência, grandes bailes, jantares e jogos no Palácio de Versalhes, que, à véspera da revolução, era a residência da família real e sede do governo. O estilo de vida da aristocracia francesa tornou-se, aos olhos do terceiro estado, um dos principais símbolos da desigualdade que havia na França.



Dízimos, impostos e corrupção, charge revolucionária publicada em Paris, em 1789. Museu Carnavalet, Paris.

Qual Crítica está Presente nessa Charge? Por qual Grupo Social da França ela teria sido Feita?



Pintura do século XVIII que representa o rei Luís XVI distribuindo esmola aos pobres de Versalhes em 1788. Museu Nacional do Palácio de Versalhes, França.

Prosperidade e Crise Econômica na França

Entre o século XVI e meados do século XVIII, a França passou por um período de grande prosperidade econômica. O comércio local e estrangeiro aumentou e a produção interna avançou com a expansão das manufaturas. Esse cenário beneficiava a burguesia comercial e financeira, que, embora buscasse ampliar sua influência política, não chegava a ver o absolutismo e os privilégios dos nobres como uma ameaça efetiva aos seus interesses.

No final do século XVIII, no entanto, a França foi vítima de uma grave crise econômica. Uma sequência de safras agrícolas ruins trouxe três efeitos principais: a alta geral dos preços,

principalmente dos cereais; a fome, que atingiu a população pobre do campo e da cidade; e a queda na arrecadação dos impostos recolhidos pelo governo.

Para agravar as dificuldades, a França aliou-se às treze colônias da América na guerra de independência contra a inimiga Inglaterra, o que gerou mais despesas para o tesouro francês. As dívidas cada vez maiores do Estado minaram a força da monarquia.

Diante da crise, o rei Luís XVI tentou reagir aumentando os impostos. Os novos tributos, porém, pioraram a vida dos setores populares e enfureceram a burguesia, que acusava o Estado de gastar demais. De fato, a dívida pública crescia rapidamente e os recursos empregados para sustentar a nobreza contribuíam para a piora das contas.

A saída para a crise era implantar uma reforma fiscal, que significaria o fim de muitos privilégios da nobreza e do clero e obrigaria todos a pagarem impostos. A medida, porém, foi rejeitada pela Assembleia dos Notáveis e pelo Parlamento, que eram controlados pelo primeiro e pelo segundo estados.



Gravura que representa camponeses na cidade de Paris, publicada na obra Encyclopédie des voyages, de Jacques Grasset de Saint-Sauveur, 1795.

A Convocação dos Estados Gerais

Diante da recusa do Parlamento em aprovar a reforma fiscal, Luís XVI convocou os Estados Gerais, uma grande assembleia com representantes dos três estados que formavam a sociedade francesa. A última reunião ocorrera havia mais de 170 anos.

Na assembleia, reunida a partir de 5 de maio de 1789, o monarca, o clero e a nobreza não estavam dispostos a abrir mão de seus privilégios. Assim, defendiam a ideia de que as votações se realizassem com um voto para cada estado, e não individualmente. Como o terceiro estado era mais numeroso, na votação individual o clero e a nobreza seriam derrotados. Já na votação por estado, o

terceiro sempre perderia, pois o primeiro e o segundo votavam juntos.

O terceiro estado não aceitou o sistema de votação defendido pelo clero e pela nobreza. Assim, em junho de 1789, ele retirou-se da reunião, proclamou-se em Assembleia Nacional e passou a defender a elaboração de uma Constituição para o país.

O rei, com medo da reação popular, aceitou a proposta. Em julho daquele ano, os Estados Gerais ganharam o nome de Assembleia Nacional Constituinte.

Luís XVI apresentou um programa de governo em que aceitava a monarquia constitucional e abolia privilégios fiscais. O projeto, no entanto, mantinha a cobrança do dízimo pela Igreja Católica e os privilégios honoríficos do clero e da nobreza.

Nesse contexto, diversos boatos circulavam pela França, anunciando que a aristocracia, aliada ao rei, pretendia dar um golpe e encerrar os Estados Gerais. A falsa notícia alarmou ainda mais os setores pobres, que passaram a protestar de forma mais constante e violenta.

O cenário da França tornava-se cada vez mais complexo, a insatisfação se generalizava e os espaços políticos de discussão pareciam esgotados. A revolução batia à porta.

Quais foram os principais impactos políticos, sociais e econômicos da revolução na França?

As Jornadas Populares e a Queda da Bastilha

Os protestos nas ruas acompanharam a convocação e o fracasso da reunião dos Estados Gerais. Entre os dias 13 e 14 de julho de 1789, Paris assistiu a uma série de manifestações e revoltas, que foram chamadas de “jornadas populares”. Distúrbios nos mercados, saques nos armazéns e ataques às alfândegas municipais expressavam a mobilização revolucionária e a insatisfação da população diante da escassez de alimentos.

O ápice das revoltas ocorreu no dia 14 de julho, quando os parisienses tomaram a Bastilha, prisão e arsenal militar e maior símbolo do absolutismo francês. A revolução começava e não tinha uma liderança definida.

A Monarquia Constitucional

Em agosto de 1789, a Assembleia Nacional Constituinte aboliu o dízimo eclesiástico e todas as obrigações feudais que pesavam sobre os camponeses. Em seguida, aprovou a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, composta de 17 artigos.

A declaração estabeleceu a igualdade de todos os homens perante a lei e determinou que a liberdade, a propriedade privada, a segurança e a resistência a qualquer tipo de opressão eram direitos naturais, inalienáveis e sagrados do homem.

Em setembro de 1791, os deputados aprovaram uma Constituição para a França. Leia algumas das resoluções nela estabelecidas.

- ✓ O poder do monarca foi subordinado à Constituição.
- ✓ O poder foi dividido em três instituições básicas e independentes: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário.
- ✓ Estabeleceu-se o voto censitário, ou seja, só podiam votar os cidadãos que tinham determinada renda.
- ✓ Manteve-se a escravidão nas colônias francesas, como o Haiti.
- ✓ As restrições mercantilistas e feudais foram extintas, favorecendo o livre-comércio.

As medidas aprovadas demonstraram o domínio da grande burguesia nessa primeira fase da revolução.



Pintura que representa a tomada da Bastilha, c. 1789-1799. Museu Nacional do Palácio de Versalhes, França.

A Proclamação da República

Atemorizada com a situação política instável, grande parte dos clérigos e nobres se refugiou em países vizinhos. Em junho de 1791, o próprio rei e a família real tentaram fugir da França, mas foram capturados e levados ao Palácio das Tulherias.

Em abril de 1792, a França entrou em guerra com a Áustria e a Prússia, que temiam a propagação da revolução. O rei e os contrarrevolucionários incentivaram a guerra acreditando que a França seria derrotada e que eles poderiam restaurar o

Antigo Regime. Diante disso, a população passou a acusar o rei e os monarquistas de traição. No dia 10 de agosto de 1792, o Palácio das Tulherias foi invadido. O rei foi destituído e, com sua família, preso.

A Assembleia Legislativa foi dissolvida e novas eleições foram realizadas, com base no sufrágio universal masculino.

Formou-se uma nova assembleia, a Convenção Nacional, que era composta de diferentes grupos.

✓ **Jacobinos** – representavam a pequena burguesia e a classe média em Paris. Influenciados por Rousseau, defendiam os ideais iluministas de uma sociedade igualitária.

✓ **Girondinos** – eram os republicanos moderados, que representavam os interesses da grande burguesia comercial e de nobres liberais.

✓ **Planície ou Pântano** – grupo que tendia às posições políticas de centro e opunha-se ao setor mais radical.

✓ **Cordeliers** – ligado aos sans-culottes (ver boxe abaixo), eram republicanos e defendiam mudanças mais profundas na sociedade, como a reforma agrária e o fim da propriedade privada. Seus principais líderes eram Danton e Marat.

Nesse mesmo tempo, o povo, chamado a defender a revolução, formou um exército popular e derrotou os invasores e os partidários internos do Antigo Regime. Nesse clima de vitória, a república foi proclamada.



Gravura do século XVIII representando o ataque ao Palácio das Tulherias, em agosto de 1792. Museu Carnavalet, Paris.

A Radicalização da Revolução

Por pressão dos jacobinos e da população de Paris, em janeiro de 1793 o rei Luís XVI foi julgado, acusado de traição e executado na guilhotina. Nove meses depois, sua mulher, Maria Antonieta, também foi guilhotinada. A medida provocou a reação dos países defensores do Antigo Regime, que formaram uma coligação para derrotar a França.

No interior da Convenção, jacobinos e girondinos divergiam quanto aos rumos e às decisões que deviam tomar. Aos poucos, a

influência dos jacobinos cresceu e as principais lideranças girondinas foram presas.

Em abril de 1793, a Convenção criou o Comitê de Salvação Pública, órgão responsável pela segurança interna da França. O comitê reorganizou o exército e derrotou a coligação estrangeira.

Internamente, líderes jacobinos, como Robespierre, combateram todos os seus opositores, prendendo-os e executando-os. Esse período da revolução ficou conhecido como Terror.



Gravura do século XVIII que representa a execução de Maria Antonieta em outubro de 1793. Biblioteca Nacional da França, Paris.

O Terror Jacobino

Entre setembro de 1793 e julho de 1794, estima-se que mais de 300 mil pessoas foram presas e cerca de 17 mil foram executadas na guilhotina.

As decisões do Tribunal Revolucionário, órgão responsável por julgar os condenados de traição, atingiam tanto os grupos dos monarquistas, dos girondinos e moderados, quanto aqueles mais próximos aos jacobinos. Com as perseguições, os jacobinos perderam o apoio de vários grupos, inclusive dos sans-culottes.

No entanto, o governo jacobino não pode ser lembrado apenas pela repressão que moveu contra os opositores. Os jacobinos tomaram medidas bastante democráticas e revolucionárias para a época, concretizando o ideal iluminista de liberdade e igualdade perante a lei. A república jacobina aprovou o sufrágio universal masculino, confiscou terras da nobreza emigrada e as distribuiu entre os camponeses pobres, bem como aboliu a escravidão nas colônias francesas.

A Caminho do Fim

A radicalização do processo revolucionário assustou a burguesia. Os setores burgueses mais ricos desejavam acabar com as execuções, o congelamento dos preços e a mobilização popular para poder administrar seus negócios com tranquilidade.

No dia 27 de julho de 1794 — 9 de Termidor no calendário da revolução —, os girondinos articularam um golpe que expulsou os jacobinos da Convenção. A ala moderada da burguesia reassumiu o poder.

O novo governo prendeu e executou os jacobinos, inclusive o líder Robespierre, dissolveu os clubes políticos e eliminou as prisões arbitrárias. Os preços foram liberados, aboliram-se as execuções sumárias e iniciou-se a perseguição aos jacobinos.

Em 1795 foi eleito o Diretório, governo formado por cinco deputados, e uma nova Constituição foi elaborada. Por meio dela, restabeleceu-se o voto censitário e consagrou-se a liberdade econômica.

O governo do Diretório, no entanto, foi incapaz de garantir a estabilidade desejada pela burguesia. A moeda francesa estava desvalorizada, a desorganização na cobrança de impostos esvaziou os cofres públicos e a inflação não parava de crescer.

Além disso, eram constantes as ameaças de levantes sociais por parte dos antigos monarquistas e de partidários dos jacobinos.

Acreditando que só um governo forte restabeleceria a ordem, a grande burguesia apoiou um golpe para que o jovem general Napoleão Bonaparte assumisse o poder.

Assim, em 10 de novembro de 1799 — 18 de Brumário no calendário da revolução —, o Diretório foi extinto e iniciou-se o Consulado. Começava, assim, uma nova fase na história política da França.



Comemorações do dia 14 de julho, em Paris, 2014.

O dia 14 de julho, data da queda da Bastilha, passou a ser comemorado na França em 1880, quando o governo da III República, interessado em construir uma memória coletiva para a nação, encomendou a escolha de uma data simbólica para isso. A proposta foi o 14 de julho de 1789, dia da tomada da Bastilha pelos revolucionários franceses.

Como o acontecimento celebrado foi considerado violento pelos parlamentares, decidiu-se, então, pelo dia 14 de julho de 1790, ocasião em que se comemorou, em Paris, a união nacional, convocada pelo rei Luís XVI.

Porém, se oficialmente o 14 de julho celebra a união nacional, na memória coletiva ele está associado à queda da Bastilha, data-símbolo da queda do absolutismo no país. É essa memória que faz do 14 de julho o dia mais importante do calendário cívico da França.

Que Mudanças Ocorreram no Cotidiano da Sociedade Francesa Após a Revolução de 1789?

Uma Nova França

Até agora você já sabe que a Revolução Francesa trouxe o fim do poder e dos privilégios aristocráticos, a derrubada do absolutismo e a vitória da burguesia na França. Mas você sabia que a revolução também contribuiu para transformar muitos outros aspectos da sociedade francesa?

As formas de sociabilidade, por exemplo, se alteraram e algumas palavras passaram a fazer parte do cotidiano dos franceses: ao dirigir-se a um desconhecido, por exemplo, não se dizia “senhor”, mas “cidadão”. Os advogados passaram a ser “homens das leis”, e os impostos passaram a ser chamados de “contribuições”.

O mais importante veículo de divulgação das novas palavras passou a ser os jornais, vendidos nas ruas e em reuniões públicas. Na década de 1780, não havia 20 jornais circulando na França; entre 1789 e 1792, apareceram cerca de 500.

Além disso, ruas e praças, cujos nomes tinham relação com o Antigo Regime, foram rebatizadas: a Praça Luís XV, por exemplo, passou a se chamar Praça da Revolução e, mais tarde, Concórdia.



Retrato de uma família francesa em 1800, pintura de Jean-Baptiste Isabey, século XVIII

A Família e a França como Família

O respeito e a preservação da família foi um tema recorrente no discurso dos revolucionários. Muitos reivindicavam trabalho e comida acessível para o sustento de suas famílias e celebravam as boas relações familiares. Essa imagem trouxe uma nova percepção do lugar e do papel da criança na sociedade, pois elas passaram a ser vistas como expressão do novo, da esperança e, em alguns casos, chegaram a encarnar atos de heroísmo.

A outra família que os revolucionários louvavam era a própria França. Inspirados pelo ideal de fraternidade, eles consideravam o conjunto da

sociedade uma grande família, que devia evitar privilégios e agir de maneira coesa pelo bem público e coletivo.

As Mulheres na França Revolucionária

Durante a revolução, muitas mulheres reivindicaram direitos civis e cidadania política e participaram de sublevações, protestos e reuniões da Assembleia Nacional. Além disso, criaram mais de 60 associações femininas, onde eram discutidas questões políticas da época.

Em 1791, a líder Marie Gouges, conhecida como Olympe de Gouges, chegou a publicar a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, que reivindicava igualdade entre homens e mulheres no direito à educação, à justiça, à propriedade, ao voto, entre outras áreas. Porém, por apoiar os girondinos, Olympe de Gouges foi guilhotinada em 1793. Nesse mesmo ano, as mulheres foram impedidas de assistir às sessões do Parlamento. Mesmo assim, elas continuaram atuando nos cafés, nos salões e na imprensa.

A legislação estabelecida durante a Revolução Francesa garantiu alguns direitos às mulheres, como o divórcio; porém, negou a inclusão delas na vida pública. Dessa forma, as mulheres não podiam, por exemplo, participar da Guarda Nacional, exercer cargos públicos nem votar ou ser votadas para o Parlamento. Apesar desses limites, as francesas tiveram atuação decisiva na revolução e ampliaram seus direitos civis e políticos.

O Novo Panorama nas Artes

Os artistas não ficaram indiferentes à revolução e aos novos tempos. Muitos deles se dedicaram a representar em suas obras episódios marcantes da Revolução Francesa e importantes líderes revolucionários, como Robespierre, Marat e Danton.

As artes francesas também captaram as tensões e contradições do processo revolucionário. A luta das luzes contra as trevas, da esperança contra o medo, do presente diante do passado tornou-se temas constantes.

A principal transformação artística trazida pela revolução, no entanto, foi a incorporação de um novo personagem: o povo, o coletivo. Rostos anônimos e grandes movimentos sociais passaram a aparecer em representações que os mostravam lutando, heroicamente, ou realizando festas no espaço público.

Símbolos da Revolução

A Revolução Francesa gerou inúmeros símbolos da força e do vigor da luta social. A tomada da Bastilha, o barrete frígio (espécie de gorro vermelho, símbolo da liberdade), a bandeira tricolor e a Marselhesa (que se tornou hino nacional

da França) foram as principais alegorias criadas pelos franceses em sua luta contra o Antigo Regime.

A revolução ainda produziu outros emblemas que expressavam a importância do pensamento racional para os revolucionários, como o metro e o quilograma, unidades de medida que compõem o Sistema Internacional de Unidades (SI), adotado hoje na maior parte dos países.

A Maior Herança

Os ecos revolucionários da França atingiram, em pouco tempo, todo o planeta. A bandeira, o hino, os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade converteram-se em princípios universais de muitos movimentos sociais da atualidade. Você sabe citar algum deles? Quais?

Na Europa Ocidental de hoje, por exemplo, ciganos, europeus do leste, africanos, latino-americanos, entre outros, enfrentam formas de discriminação e se organizam na busca de igualdade jurídica, liberdade, trabalho, alimentação e moradia dignas nos países onde escolheram viver.

Nos Estados Unidos e na América Latina, afrodescendentes e indígenas reagem a séculos de dominação e marginalidade e levantam bandeiras semelhantes às que os franceses ergueram em 1789.

No mundo inteiro, mulheres, homossexuais, crianças e adolescentes enfrentam condições adversas, reagem a privilégios de outros grupos e buscam seu espaço e seus direitos.

Nada disso, evidentemente, foi criado pela Revolução Francesa, mas a experiência que os franceses viveram, na luta por uma nova sociedade mais justa e igualitária, foi decisiva para iluminar e alimentar outras lutas futuras.

Capítulo 2

Era Napoleônica



A batalha na ponte de Arcole, pintura de Émile Jean-Horace Vernet, 1826. Na obra, Vernet representa Napoleão se lançando em meio ao fogo cruzado para a tomada da ponte de Arcole, atitude decisiva para a vitória francesa sobre os austríacos em 1796, na Itália.

Napoleão – o Talento e o Mito

“O extraordinário poder deste mito não pode ser adequadamente explicado nem pelas vitórias napoleônicas nem pela propaganda napoleônica, ou tampouco pelo gênio indubitável de Napoleão. Como homem ele era [...] Brilhante, versátil, inteligente e imaginativo, embora o poder tivesse o tornado sórdido. Como general, não teve igual; como governante, foi um planejador, chefe e executivo [...] Eficiente e um intelectual suficientemente completo para entender e supervisionar o que seus subordinados faziam. [...] Todo homem de negócios daí em diante tinha um nome para sua ambição: ser [...] Um ‘Napoleão das finanças’ ou da indústria. Todos os homens ficavam excitados pela visão [...] De um homem comum que se tornou maior do que aqueles que tinham nascido para usar coroas.”

Como Napoleão Bonaparte chegou ao poder na França?

O Fim do Diretório

Dez anos após a revolução de 1789, a França enfrentava sérias dificuldades internas. Os recursos financeiros escasseavam, uma grave crise econômica empobrecia a população e dificultava o desenvolvimento do comércio e a retomada da produção.

✓ **Diretório** – que assumiu o poder em 1795, era controlado por uma grande burguesia de financistas, corruptos e especuladores; por isso, o governo tinha dificuldade de afirmar sua autoridade. De um lado, os jacobinos pressionavam por reformas sociais. De outro, os partidários da monarquia buscavam retomar o poder.

No plano externo, as campanhas militares do norte da África apresentavam resultados positivos para a França. Porém, os conflitos contra os

vizinhos europeus prosseguiram e exauriam as finanças do Estado, gerando um forte clima de incertezas para o país.

Nesse contexto de crise, um jovem general, chamado Napoleão Bonaparte, começou a ganhar popularidade e apresentava-se, principalmente aos olhos da burguesia, como capaz de restabelecer a ordem interna na França.

Em 1799, Napoleão abandonou seu exército em campanha no Egito e dirigiu-se para a França. Foi aclamado pela população assim que entrou nas ruas de Paris. Dias depois, tomou o poder com um golpe de Estado, que ficou conhecido como 18 de Brumário (9 de novembro) no calendário criado pela revolução.

As reações jacobinas e democráticas ao golpe que encerrou a Revolução Francesa foram reprimidas, e o poder político ficou concentrado no Consulado, órgão executivo formado por três cônsules, sendo o primeiro deles o próprio Napoleão Bonaparte.



Golpe de 18 de Brumário, novembro de 1799, pintura anônima do século XIX. Biblioteca Nacional da França, Paris.

Um Desejo de Estabilidade

Napoleão concentrou amplos poderes em suas mãos, abandonando o princípio iluminista de limitação do poder. Fortalecido, censurou a imprensa e suprimiu as liberdades individuais e políticas dos franceses. Com um general no poder, a França não voltou a ser uma monarquia absolutista, mas os intensos debates políticos possibilitados pela Revolução Francesa ficaram para trás.

Ao assumir o poder, Napoleão Bonaparte anunciou que o período conturbado da revolução de 1789 chegara ao fim. Em busca de conciliação nacional, ele afirmava estar acima dos interesses particulares e prometia que, a partir daquele momento, iria fazer da França a maior potência do mundo.

As vitórias militares na África e o avanço das posições francesas na guerra europeia aumentavam o prestígio do novo líder e a confiança dos franceses em suas ações. Ao expor sua firme autoridade

política e seu comando militar, Napoleão pretendia oferecer, aos franceses, a segurança e a estabilidade política, social e financeira que desapareceram nos anos da Revolução Francesa.

As ideias liberais prevaleceram na política econômica de Napoleão, que manteve boa parte das conquistas de 1789. Ele incentivou a prosperidade da burguesia, ao mesmo tempo em que manteve a reforma agrária.

As finanças do país foram recuperadas. Colaboraram para isso o Banco da França, fundado para emitir papel-moeda e financiar a agricultura e a indústria, a reorganização dos impostos, a construção de estradas e pontes e a melhoria dos serviços de correios e telégrafos.

O principal símbolo da nova ordem, porém, foi o Código Civil Napoleônico, criado em 1804. O Código serviu para organizar e unificar as leis na França, regulamentar o direito à propriedade, garantir, entre outros aspectos, a igualdade dos franceses perante a lei e confirmar o confisco das terras da nobreza de origem feudal.

Como a Política Externa de Napoleão o conduziu à Derrota?

A Consolidação do Poder Napoleônico

Napoleão enfrentava a oposição dos monarquistas ligados à família de Luís XVI que tentavam retornar ao trono. Para assegurar seu poder, ele convocou um plebiscito em agosto de 1802 e tornou-se cônsul vitalício. Dois anos depois, em nova votação, foi aclamado imperador dos franceses, sendo coroado no dia 2 de dezembro daquele ano.

Nas relações externas, o Império Napoleônico foi marcado por intensos conflitos. A reestruturação política e militar e a recuperação financeira da França preocupavam alguns países europeus. Em 1803, Inglaterra, Áustria, Prússia e Rússia uniram-se em coligação e declararam guerra à França. Um novo período de confrontos se iniciava.

Além de temer o expansionismo territorial francês, a maior parte desses países receava que os ideais iluministas da Revolução Francesa se espalhassem por toda a Europa. Isso porque a luta contra o despotismo e o poder absoluto mobilizava intelectuais e setores de classe média de quase todas as regiões da Europa, que viam na França um poderoso aliado.

A reação inglesa à França, por sua vez, tinha outros motivos. A Inglaterra vivia sob uma

monarquia constitucional desde o final do século XVII e os princípios do iluminismo não a abalavam. No entanto, a guerra contra a França era uma oportunidade de atingir economicamente seu principal rival na disputa pelos mercados europeus e ultramarinos. Mais do que conquistas territoriais, os ingleses desejavam expandir seus mercados.



A coroação do Imperador Napoleão e a coroação da imperatriz Josefina, pintura de Jacques-Louis David, 1806-1807. Museu do Louvre, Paris. O pintor David retratou o imperador no centro da tela, no exato momento em que ele se prepara para coroar a si próprio.



Estratégia contra os Ingleses

Durante as batalhas no continente europeu, o exército francês parecia imbatível. A maior dificuldade de Napoleão, porém, era atingir a Inglaterra, isolada pelo mar e protegida pela mais poderosa frota marítima do mundo.

Durante as batalhas no continente europeu, o exército francês parecia imbatível. A maior dificuldade de Napoleão, porém, era atingir a Inglaterra, isolada pelo mar e protegida pela mais poderosa frota marítima do mundo.

As embarcações francesas foram destruídas pelos ingleses na Batalha de Trafalgar, no litoral da Espanha. O imperador francês voltou-se então para a Europa Central: atacou e derrotou a Prússia, ampliou seu domínio sobre a Península Itálica e isolou a Áustria.

Após derrotar as tropas russas e austríacas na Batalha de Austerlitz, em 1805, Napoleão reuniu 16 estados do antigo Sacro Império Romano Germânico na Confederação do Reno (veja o mapa acima).

Em 1806, convencido de que a única forma de derrotar a Inglaterra e dar continuidade à expansão política e militar seria minar a economia inglesa, Napoleão decretou o Bloqueio Continental. Os países da Europa ficaram proibidos de

comercializar com os ingleses; aqueles que desobedecessem teriam seu território invadido. A Inglaterra, em resposta, passou a dificultar ainda mais o contato entre os países europeus e suas colônias ultramarinas.

A Tragédia na Rússia

As guerras desgastaram o exército francês. Além disso, vários países da Europa dependiam do comércio com a Inglaterra e, por isso, rejeitaram o Bloqueio Continental. Portugal, por exemplo, aliado à Inglaterra, desrespeitou o decreto e foi invadido pela França em novembro de 1807, forçando a família real a transferir-se para o Brasil.

No final de 1811, a Rússia também rompeu o bloqueio e, no verão de 1812, teve seu território invadido por Napoleão. Os exércitos franceses, a princípio, avançaram sem resistência. Porém, no caminho, encontraram os pastos, as casas e as plantações destruídos, o que dificultou o abastecimento das tropas. Em setembro, os franceses conseguiram chegar a Moscou, mas encontraram a cidade incendiada.

O desastre foi total, sem suprimentos, castigadas pelo frio e com o exército russo na retaguarda, as forças francesas foram aniquiladas.

O Governo dos Cem Dias

Após o fracasso da campanha na Rússia, Napoleão perdeu apoio político dentro da França. A imagem de estabilidade, que havia sido tão importante na consolidação de sua liderança, começava a se desfazer.

Para agravar a situação, em março de 1814, Paris foi invadida por uma coligação formada por Áustria, Prússia e Rússia. Diante dessa situação, o imperador abdicou ao trono e exilou-se na Ilha de Elba, no Mar Mediterrâneo, onde permaneceu por trezentos dias.

Com Napoleão no exílio, o governo francês foi assumido por Luís XVIII, da dinastia Bourbon e irmão de Luís XVI, que havia sido guilhotinado durante a Revolução Francesa. A maioria da população considerou o ato uma imposição dos países vencedores e um retrocesso em relação às conquistas obtidas durante a revolução.

Na Ilha de Elba, Napoleão recebia notícias da insatisfação dos franceses com a monarquia. Assim, ele fugiu do exílio e retornou a Paris, em 1815, onde foi aclamado pela população e pelas tropas e retomou o poder. Porém, seu governo durou apenas cem dias. Em junho de 1815, Rússia, Áustria, Prússia e Inglaterra uniram-se novamente e derrotaram Napoleão Bonaparte na Batalha de Waterloo, na Bélgica.

Napoleão fez planos de fugir para a América, mas foi detido pelos ingleses e encaminhado para a

Ilha de Santa Helena, no meio do Oceano Atlântico, sob forte vigilância da Inglaterra. Lá permaneceu até sua morte, em 5 de maio de 1821.

O Congresso de Viena

Entre setembro de 1814 e junho de 1815, alguns Estados europeus, liderados por Áustria, Prússia, Inglaterra e Rússia, reuniram-se no Congresso de Viena, na Áustria. O objetivo era fazer a Europa retornar às configurações anteriores a 1789.

Em Viena, os representantes da Áustria, da Prússia e da Rússia criaram a Santa Aliança, um pacto militar que assegurava às nações participantes o direito de intervir em países para reconduzir ao poder governantes destituídos por revoluções liberais. O objetivo, portanto, era debelar qualquer movimento revolucionário no continente europeu.

A Europa que surgiu em Viena procurava reafirmar os valores do Antigo Regime. Os franceses perderam os territórios conquistados durante as guerras napoleônicas e viram Luís XVIII ser reconduzido ao poder.

O Congresso de Viena, entretanto, mostrou-se incapaz de evitar a eclosão de movimentos liberais e nacionalistas na Europa e nas colônias americanas. A Revolução Francesa e a era napoleônica liberaram forças que já não podiam ser contidas.

As Independências na América Espanhola

Como se desenvolveram as Independências na América Espanhola?

Tempos de Luta

Em 1808, Napoleão ocupou a Espanha e nomeou seu irmão, José Bonaparte, como novo governante do país. Para resistir aos franceses e exercer o poder na ausência do rei, um movimento popular espanhol organizou as juntas de governo. Essa forma de organização estendeu-se às colônias espanholas na América, que passaram a desfrutar de certa autonomia. Com o tempo, as juntas de governo na América hispânica passaram a reivindicar a ampliação dessa autonomia.

Entre 1810 e 1815, criollos e chapetones lideraram revoltas e tentativas de independência nas capitânicas da Venezuela e do Chile e nos vice-reinos do Rio da Prata e da Nova Espanha. Com exceção do México, os movimentos tinham caráter urbano e nenhum possuía exércitos organizados.

Para criollos e chapetones, a independência representava liberdade política e econômica para estabelecer seus parceiros comerciais e atuar de maneira autônoma no mercado internacional.

Vários levantes e sublevações de indígenas e mestiços também aconteceram nesse período. Só que eles buscavam outro tipo de libertação: o fim dos tributos e dos trabalhos forçados e a obtenção de melhores condições de vida e de trabalho.

A Questão Social No México

O México foi o cenário do movimento mais popular e radical da luta contra o domínio colonial na América, marcado por insurreições camponesas indígenas e mestiças. A revolta começou em 1810. Liderados pelo padre Miguel Hidalgo, indígenas, mestiços e trabalhadores pobres insurgiram-se sob o lema “independência e liberdade”.

À medida que a revolta avançava, os rebeldes tomavam as propriedades, ameaçando os privilégios dos chapetones e dos criollos. O medo de uma revolta social levou as elites a se unirem em torno da Coroa espanhola. Em 1811, após intensa repressão, a mobilização foi contida e o padre Miguel Hidalgo foi executado.



Um ano depois, no sul da região, explodiu um movimento similar, liderado pelo sacerdote José Maria Morelos. Os insurgentes chegaram a elaborar o primeiro projeto constitucional do México e convocaram uma assembleia para decidir os rumos do movimento. No entanto, a revolta foi contida com violência, e Morelos foi morto em 1815.

Os dois movimentos mexicanos defendiam a abolição da escravidão, o fim da cobrança de tributos dos indígenas e das dívidas dos mestiços com os europeus, a eliminação das diferenças entre castas e a necessidade de dividir as grandes propriedades rurais e distribuir as terras, inclusive as eclesiásticas.

No início dos anos 1820, as lutas pela independência no México tomaram um novo rumo. Chapetones e criollos se anteciparam aos levantes populares e, sob a liderança do militar Augustín de Itúrbide, negociaram a independência do México.



Painel da independência, detalhe do mural de Juan O'Gorman, 1960-1961. Museu Nacional de História, Cidade do México.

Capítulo 3

As Independências na América Central

Em 1821, a Capitania Geral da Guatemala, até então sob domínio espanhol, foi anexada pelo México. Dois anos depois, influenciada pelos movimentos de independência americanos, a região rompeu com o governo do México e formou as Províncias Unidas da América Central.

Como em várias outras regiões da América, a união durou pouco. Em 1838, as Províncias Unidas fragmentaram-se em diversos países: Guatemala, Honduras, El Salvador, Nicarágua e Costa Rica.

Cuba e Porto Rico

Cuba e Porto Rico foram as duas últimas grandes áreas coloniais a se libertarem da Coroa espanhola. A primeira guerra de independência de Cuba se iniciou em 1868, mas não teve êxito. No final do século XIX, a luta ganhou novo fôlego e, em 1898, quando a guerra pela independência estava perto do fim, os Estados Unidos entraram no conflito e declararam guerra aos espanhóis.

Além do interesse comercial dos proprietários do sul dos Estados Unidos na região, quais seriam os verdadeiros motivos que levaram os norte-americanos a participarem da guerra contra os espanhóis? Vejamos o texto abaixo:

“[...] Os Estados Unidos temiam que o desmoronar do Império Espanhol desse lugar ao predomínio britânico na área. Temiam, além disso, que uma vez desencadeado o processo de independência, a aristocracia crioula não fosse capaz de controlar as energias liberadas, particularmente a agitação dos escravos e da classe baixa branca das cidades”.

Derrotados, os espanhóis assinaram a Declaração de Independência de Cuba e cederam aos Estados Unidos, como indenização de guerra, as Filipinas e Porto Rico. Em 1902, o Senado norte-americano aprovou a chamada Emenda Platt, que dava ao país o direito de intervir em Cuba sempre que seus interesses estivessem ameaçados. Porto Rico, por sua vez, ainda hoje pertence aos Estados Unidos, embora não mais na condição de colônia. Desde 1952, Porto Rico é “Estado livre associado”.

As Independências na América do Sul

Em julho de 1816, as Províncias Unidas do Rio da Prata (atual Argentina) declararam formalmente a emancipação política. Contudo, grande parte das áreas meridional e centro-ocidental da América do Sul, como Chile e Peru, ainda se encontrava sob o domínio espanhol, representando uma ameaça ao jovem país da Bacia do Rio da Prata.

Nesse contexto, José de San Martín, governador da província de Mendoza, na atual Argentina, uniu-

se às forças rebeldes e avançou em direção ao Peru e ao Chile, participando da independência dessas regiões.

No norte da América do Sul, a guerra pela independência era conduzida pelo venezuelano Simón Bolívar. Em 1819, após combater os espanhóis, Bolívar proclamou a independência da Grã-Colômbia, que compreendia, principalmente, os territórios dos atuais Equador, Colômbia, Panamá e Venezuela. Três anos depois, um de seus generais, Antônio de Sucre, libertou o Alto Peru, contribuindo para o surgimento de um novo país, a Bolívia.

O Caso do Uruguai

Em 1811, a Banda Oriental do Vice-Reino do Rio da Prata foi invadida pelos luso-brasileiros. Para libertar a região, o general José Gervasio Artigas uniu-se à junta revolucionária de Buenos Aires e sitiou Montevideú, expulsando os invasores. Quatro anos depois, as tropas de Artigas também expulsaram os espanhóis da cidade, onde o líder revolucionário instalou um governo independente.

Artigas, entre outras medidas, promulgou uma lei que previa o confisco de terras e sua distribuição entre índios, negros livres e criollos pobres. Seu projeto, no entanto, foi violentamente combatido pelas tropas de Buenos Aires e por novas iniciativas expansionistas luso-brasileiras. Derrotados, os artiguistas se exilaram no Paraguai em 1820.

No ano seguinte, a Banda Oriental foi anexada ao Brasil com o nome de Província Cisplatina. A região só obteve sua efetiva independência em 1828, após negociações e acordos com o Brasil e a Argentina.

O Sonho da Unidade

A luta pela emancipação política colocou em cena muitos sonhos. Enquanto alguns pretendiam dividir a América espanhola, o que daria origem a diversas unidades livres e autônomas, outros sonhavam com a criação de uma América unida.

Simón Bolívar, por exemplo, afirmou sonhar com o dia em que veria a América unida. Em um de seus mais famosos documentos, a Carta da Jamaica (1815), Bolívar defendeu que a união americana era a única saída para se obter a independência. Ele nunca propôs, porém, a unidade completa.

A proposta mais ambiciosa de Simón Bolívar foi a criação de uma confederação capaz de integrar uma faixa de terra que se estendia da Guatemala até a Bolívia. Não incluía o México, a área do Rio da Prata ou o Brasil. Bolívar temia que a inclusão do México ou da região de Buenos Aires colocasse em risco a hegemonia venezuelana.

O principal medo de Bolívar, no entanto, se dirigia contra as supostas pretensões de o Império Brasileiro dominar o continente. Segundo ele, o

Brasil ameaçava avançar sobre terras vizinhas, antes e depois de sua independência.

Heranças Coloniais

Nas décadas de 2010 e 2020, quase todos os países latino-americanos comemoraram ou vão comemorar o bicentenário de suas independências.

Os países da América Latina, nesses duzentos anos, conquistaram autonomia e notoriedade em diversos campos da economia e da vida cultural.

Algumas heranças do período colonial, no entanto, continuam a se manifestar no continente. Talvez a mais notável delas seja a desigualdade socioeconômica.

O preconceito racial e a exclusão social dos setores economicamente desfavorecidos também denunciam a dificuldade de superar problemas que já se manifestavam nos tempos da luta pela independência.

Outro tema que foi parcialmente esquecido no princípio do século XIX e hoje permanece controverso é a dificuldade na implantação de medidas efetivas de defesa e proteção das terras indígenas.

O que a Independência representou para os negros e Indígenas que viviam na América Hispânica?

Que Independência é essa?

Para as populações indígenas das antigas colônias espanholas na América, a independência não representou a conquista de maior liberdade. Os novos governos nacionais consideraram que os índios precisavam se adaptar às novas condições do país e contribuir para a modernização da economia e da sociedade.

Em alguns países, o tributo indígena foi restabelecido para socorrer os cofres públicos. Em outros, campanhas militares foram organizadas para expulsar os nativos de seus domínios.

Com o intuito de transformar os indígenas em pequenos proprietários e orientar sua produção para o mercado, os Estados independentes cancelaram o princípio da posse comunitária da terra.

Essa medida fazia parte das chamadas reformas liberais, levadas a cabo em países como México e Peru. Elas tinham por objetivo superar as estruturas coloniais herdadas pelos Estados independentes e modelá-los conforme os princípios do liberalismo.

Os mentores das reformas liberais almejavam incluir o conjunto da população na nova ordem. Suas medidas, contudo, acabaram criando mecanismos de violenta exclusão política e econômica. Muitas terras indígenas foram parar em mãos de grandes fazendeiros, e os índios se tornaram mão de obra barata e maltratada na mineração e na agricultura.

Além disso, a cor da pele continuou sendo um fator de discriminação social, que colocava os indígenas em posição de inferioridade em relação ao branco.

Resistência Indígena

Os indígenas de diferentes Estados hispano-americanos reagiram à violação de seus direitos. Durante o século XIX, muitos denunciaram o desvio do curso de rios por fazendeiros, pressionaram os Estados a abolirem os tributos que pesavam sobre eles, recorreram aos tribunais em defesa de seus interesses e promoveram revoltas armadas.

Em meados do século XIX, por exemplo, indígenas da Argentina, com o apoio dos araucanos vindos do Chile, formaram grandes confederações ao sul de Buenos Aires. Essas confederações, governadas por caciques, realizavam ataques às cidades e fazendas criollas, saqueando o gado e sequestrando mulheres e crianças brancas. Esses ataques eram chamados de malones.

Os índios estavam interessados em comercializar o gado saqueado e defender suas terras da expansão da fronteira agrícola do Estado argentino. Eles resistiram por muito tempo.

Mas, a partir da década de 1870, quando as tropas federais retornaram vitoriosas da Guerra do Paraguai (1864-1870), o cerco aos índios se fechou.



Detalhe do mural História do México: a conquista do futuro, de Diego Rivera, 1935. Palácio Nacional, Cidade do México.

Campanhas do Deserto

Com o fim da Guerra do Paraguai, o exército argentino passou a concentrar suas forças na luta contra os índios confederados. As campanhas conduzidas pelo exército promoveram o extermínio dos indígenas, a supressão de suas terras e o aprisionamento de suas principais lideranças.

Em abril de 1879, as chamadas Campanhas do Deserto começaram oficialmente. Seu objetivo era ocupar efetivamente as zonas pecuaristas ao sul e a

leste de Buenos Aires, ocupadas pelos nativos. Em apenas um mês, milhares de indígenas foram mortos ou aprisionados. As ações eliminaram a presença indígena nos Pampas e nos Andes argentinos.

As Campanhas do Deserto abriram caminho para os imigrantes europeus que chegavam ao país, ávidos pelas oportunidades de enriquecimento que a modernização oferecia.



Os Africanos na América Latina

A mão de obra africana na América espanhola esteve vinculada à escassez de mão de obra indígena e à economia de exportação. A maioria dos escravos trabalhava na lavoura ou na mineração. Mas, aos poucos, ampliaram suas atividades tanto no campo como nas cidades.

Os negros buscaram resistir à escravidão. Eles lutaram para aumentar o controle sobre seu tempo e corpo, formar uma família, ter acesso a bens materiais e ter o direito de praticar suas danças, músicas e religiões. Muitos chegaram a formar comunidades semelhantes aos quilombos no Brasil, como os cumbes na Venezuela e os palenques em Cuba e na Colômbia.

A luta dos negros pela ampliação de seus direitos preparou o terreno para sua participação nos movimentos de independência entre as décadas de 1810 e 1820. Contudo, a independência não significou o fim imediato do trabalho escravo na América hispânica. Como a elite crioula também era proprietária de escravos, a política adotada foi extinguir gradualmente o trabalho compulsório.

É importante ressaltar que, mesmo sendo minoria na América hispânica, os africanos e seus descendentes deixaram marcas na história desses

países. Suas manifestações culturais, antes rejeitadas, acabaram contribuindo para a formação da identidade latino-americana, como se observa no texto abaixo:

“As formas de música, dança e movimento corporal com raízes africanas — [...] A rumba e o som em Cuba; o candombe, a milonga e o tango na Argentina e no Uruguai; o merengue na República Dominicana — foram rejeitados pelas elites e pela classe média brancas no século XIX como sendo primitivas e nos limites do crime; no século XX, essas mesmas danças foram abraçadas como símbolos essenciais da identidade cultural nacional.”

Capítulo 4

A Revolução Industrial

A substituição das ferramentas pelas máquinas, da energia humana pela energia motriz e do modo de produção doméstico pelo sistema fabril constituiu a Revolução Industrial; revolução, em função do enorme impacto sobre a estrutura da sociedade, num processo de transformação acompanhado por notável evolução tecnológica.

Convenciona-se chamar de "Revolução Industrial" um fenômeno de vertiginoso domínio humano sobre máquinas, bens materiais e seres humanos que teve início na Inglaterra na segunda metade do século XVIII e encerrou a transição entre feudalismo e capitalismo, a fase de acumulação primitiva de capitais e de preponderância do capital mercantil sobre a produção. Completou ainda o movimento da revolução burguesa iniciada na Inglaterra no século XVII.



O motor a vapor foi essencial para aumentar a produção das máquinas e a velocidade dos transportes.

De que Maneira a Revolução Industrial impulsionou a formação de Novos Grupos Sociais?

Do Artesanato à Manufatura

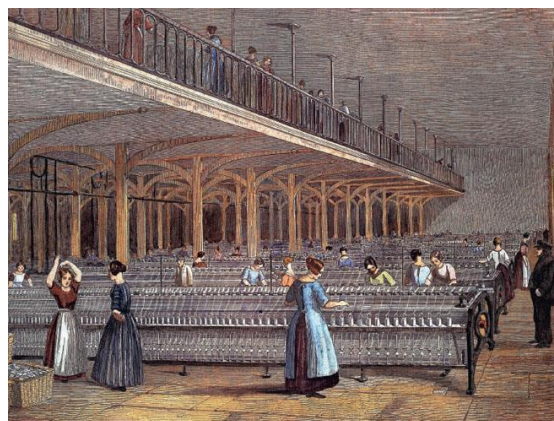
Antes do surgimento das fábricas, o artesanato era o principal meio de organização do processo produtivo de utensílios básicos do cotidiano. Os artesãos conheciam todas as fases de produção de uma mercadoria: compravam a matéria-prima, confeccionavam o produto e vendiam-no. Além disso, tinham autonomia para determinar o tempo e o ritmo de trabalho.

Durante os séculos XV e XVI, buscando acelerar a produção, homens de negócio se associaram aos artesãos, desenvolvendo, assim, o sistema doméstico. Nele, o artesão recebia a matéria-prima e se comprometia a entregar a mercadoria pronta num determinado prazo para o empresário vendê-la. Nesse sistema, o artesão ainda tinha o controle sobre todo o processo de produção, mas deixava de ser responsável pela aquisição da matéria-prima e perdia o contato direto com o mercado.

Na segunda metade do século XVII começaram a se expandir as manufaturas. Dezenas ou centenas de pessoas ficavam concentradas num só espaço e trabalhavam, todos os dias, por um número determinado de horas. Um novo personagem entrava em cena: o patrão, que mantinha funcionários encarregados de vigiar os trabalhadores.

Na manufatura, os trabalhadores não eram donos dos instrumentos de trabalho, nem tinham mais controle sobre o ritmo da produção.

Gradualmente, eles também perderam o conhecimento sobre a totalidade do processo produtivo: agora, as tarefas eram divididas e cada pessoa executava apenas uma etapa da fabricação, em troca de um salário fixo.



Lustração de 1850 que mostra mulheres trabalhando em uma indústria de algodão.

A Mecanização da Indústria

Na segunda metade do século XVIII, com a Revolução Industrial, a manufatura foi substituída pela maquinofatura. Os motores a vapor, aperfeiçoados por James Watt em 1769, começaram a mover as máquinas, aumentando a velocidade e a precisão da produção. A tarefa do trabalhador era alimentar a máquina, controlar sua velocidade e zelar por sua manutenção.

A busca do lucro tornou-se mais intensa com a fábrica. A concorrência do mercado levou o industrial a investir na melhoria técnica da produção e no uso de novas fontes de energia.

A invenção do barco a vapor (1787) e a inauguração da primeira ferrovia (1825), por exemplo, tornaram mais rápida a comunicação entre os países e possibilitaram o transporte de um volume maior de mercadorias. O tear mecânico, criado em 1785, por sua vez, deu início à mecanização da tecelagem e à aplicação do motor a vapor na indústria têxtil.

O Trabalhador no Sistema Industrial

A concentração dos trabalhadores num mesmo espaço, a divisão de tarefas, o fim da autonomia do artesão e o surgimento do patrão foram as mudanças fundamentais que marcaram o surgimento das fábricas.

Com a mecanização, o trabalhador passou de produtor a operador de máquinas, pois dominava apenas uma etapa do sistema de produção e não todo o processo.

As máquinas contribuíram decisivamente para criar um novo conjunto de valores e uma nova mentalidade. O mercado se tornou mais impessoal, ou seja, os trabalhadores não conheciam mais os consumidores.

Com o avanço tecnológico, cada vez mais o ritmo da vida e do trabalho deixou de ser determinado pelo ritmo da natureza e do corpo e passou a acompanhar o da máquina. O ser humano passou a depender da tecnologia, e a eficiência passou a ser medida pelo menor tempo gasto na produção. Em outras palavras, o tempo passou a valer dinheiro.

Uma Nova Sociedade

O sucesso do sistema de fábricas não apenas elevou a produtividade e disponibilizou para o consumo artigos novos e mais baratos; ele transformou a vida humana. Talvez uma das mudanças mais importantes produzidas pela grande indústria tenha sido a configuração de uma nova sociedade, com a consolidação de duas classes sociais antagônicas.

✓ **Burguesia** – Classe Social constituída de proprietários das fábricas, das máquinas, dos bancos, do comércio, das redes de transportes e das empresas agrícolas. A origem do termo é o burgo, aglomerado urbano da Idade Média onde os habitantes se dedicavam ao comércio e ao artesanato. A partir do século XVIII, a burguesia impôs cada vez mais seu domínio sobre a sociedade.

✓ **Proletariado** – Classe Social composta pelo operariado, que vive do salário que recebe. Como não tem meios para sobreviver por conta própria, ele vende sua força de trabalho para o capitalista em troca de um salário. O salário, porém, paga apenas uma parte do tempo de trabalho do operário nas fábricas. O restante é apropriado pelo capitalista.

As diferenças entre burgueses e proletários estavam presentes na fábrica e na vida cotidiana das cidades. As áreas ricas ficavam, em geral, mais próximas do centro e recebiam muito mais atenção dos administradores. Já a população operária comprimia-se em bairros de ruas estreitas, mal iluminadas e sujas, tomadas de mendigos,

prostitutas e desempregados, como relatou o filósofo alemão Friedrich Engels (1820-1895):

“Quanto às grandes massas da classe operária, o estado de miséria e incerteza em que vivem agora é tão duro quanto antes — ou mesmo pior. O East End de Londres é um pântano cada vez mais extenso de miséria e desespero irremediável, de fome nos períodos de desemprego e de desagregação física e moral, nas épocas de trabalho.”

Os Impactos Ambientais da Industrialização

Muitas mudanças que ocorreram com a Revolução Industrial baseavam-se na crença de que os recursos naturais eram infinitos e estavam a serviço do ser humano. Não havia a ideia de que o consumo desenfreado de matérias-primas e o uso de combustíveis fósseis pudessem causar danos ambientais, em muitos casos irreversíveis, e alterações climáticas que afetariam a vida humana.

A atividade industrial de larga escala acarretou grandes impactos ambientais na Inglaterra. A instalação de fábricas levou à poluição das águas e do ar e à alteração do habitat de muitas espécies.

Um exemplo disso é o caso das borboletas Biston betularia da cidade de Manchester. A maioria dessas borboletas tinha coloração branca, o que possibilitava sua camuflagem nos troncos das árvores, que eram claras devido aos líquens. Com o surgimento das fábricas e o aumento da poluição do ar, os líquens desapareceram e os troncos das árvores tornaram-se escuros.

As borboletas brancas, assim, praticamente deixaram de existir, pois, como não podiam mais se camuflar nas árvores, eram facilmente identificadas pelos predadores.

Além disso, a construção de ferrovias e de novas fábricas acarretou a derrubada de grandes áreas de vegetação. A população dos grandes centros industriais cresceu desordenadamente, causando muitos problemas urbanos, como o acúmulo de lixo e dejetos.

Atualmente, o modelo de produção implantado com a Revolução Industrial sofre inúmeras críticas. Para reduzir as agressões ao meio ambiente, estão sendo desenvolvidos novos métodos produtivos.

Além disso, campanhas de estímulo ao consumo consciente dos recursos naturais e ao reuso e à reciclagem de materiais procuram diminuir o uso de matérias-primas no dia a dia.

Dessa forma, procura-se garantir a qualidade de vida das populações atuais e o usufruto desses recursos pelas gerações futuras.

De que maneira a industrialização alterou o cotidiano das pessoas nos grandes centros urbanos?

A Multidão das Cidades

O avanço da industrialização alterou significativamente o cotidiano das pessoas. Nas ruas, assistia-se ao surgimento de um novo fenômeno: a multidão.

Tudo era diferente nas cidades. A impessoalidade passou a caracterizar as relações entre os moradores. Diferentemente da vida anterior, no campo ou em pequenos agrupamentos urbanos, as pessoas que se cruzavam nas ruas não se conheciam.

Em meio à multidão, eram inevitáveis os empurrões e os encontrões, a mistura de ruídos e odores, as rápidas trocas de olhares. O olfato passava a conviver com os odores dos dejetos que se acumulavam nas ruas. Os ruídos das máquinas e dos transeuntes tornavam o silêncio quase impossível.

O tato se alimentava de contatos físicos com desconhecidos. As pessoas em movimento eram um espetáculo novo para o olhar.

Além disso, a criminalidade crescia à sombra da impessoalidade e da dificuldade de controlar as multidões. Na cidade de Londres, que ultrapassou 1 milhão de habitantes no final do século XVIII, os relatos de crimes escandalizavam e atemorizavam os moradores.

O aparato policial foi, então, inteiramente reestruturado. Surgiram leis mais rigorosas, que limitavam, por exemplo, o horário de funcionamento dos pubs e aumentavam as punições para todos que provocassem distúrbios na cidade.

Sem Tempo para Nada

Uma das mudanças de hábito mais significativas que a fábrica trouxe foi o controle do tempo. Diferentemente das áreas rurais, onde a medição do tempo estava relacionada aos ciclos da natureza e às tarefas diárias no campo, nas cidades havia a disciplina do relógio.

Os relógios já existiam antes da Revolução Industrial, mas foi a necessidade de sincronizar o trabalho das fábricas que ampliou seu uso e fabricação. Com o relógio, foi possível disciplinar o

horário de entrada e saída dos trabalhadores, o horário de almoço e o tempo gasto para realizar as tarefas da produção.

Dentro da fábrica, os vigilantes e supervisores garantiam que os trabalhadores respeitassem os horários. Os patrões também instituíram prêmios para os operários mais disciplinados e multas para os descumpridores de horários e de outras normas.

Fora da fábrica, desenvolveu-se a valorização do tempo dedicado ao trabalho e à produção. O “tempo útil”, o tempo que rende dinheiro, ajudava a constituir uma nova moral e justificava a perseguição policial aos desocupados.

As Moradias dos Trabalhadores

A maior parte das casas operárias se localizava próximo às fábricas e era construída a mando dos próprios empregadores, que as alugavam aos trabalhadores.

As casas, geralmente de dois andares e geminadas, abrigavam um grande número de pessoas. O quarto ficava no piso superior, onde todos se amontoavam para dormir. No andar de baixo havia uma cozinha. Os banheiros eram fossas, pois não existia rede de esgoto. Eles ficavam fora da casa e exalavam um cheiro horrível. Em alguns bairros, havia um serviço de limpeza de fossas, cujos resíduos eram vendidos como esterco aos agricultores. Em outros bairros, os detritos eram jogados na própria rua.

A água, por sua vez, era fornecida em bicas, poços e fontes públicas espalhadas pela cidade. Era muito comum a formação de longas filas para obter um balde do precioso líquido.

Nessas péssimas condições, diversas doenças, como a cólera e a tuberculose, atingiam com frequência os trabalhadores e suas famílias.

Como os operários ingleses conquistaram melhores condições de trabalho?

A Organização da Classe Operária

No início do século XVIII, os tecelões ingleses organizaram as primeiras associações trabalhistas. Os antigos artesãos, convertidos em trabalhadores assalariados das manufaturas, fundaram pequenos clubes, com a intenção de obter aumentos de salário.

No entanto, só com a grande indústria fabril surgiram associações fortes e organizadas, que passaram a representar uma ameaça aos capitalistas.

Quebrando as Máquinas



Caricatura do século XVIII que satiriza a figura de Ned Ludd liderando os quebradores de máquina, publicada em 1812.

Uma das mais importantes formas de resistência às fábricas foi a ação dos quebradores de máquinas. Alguns desses grupos se tornaram bastante conhecidos, como os da região de Lancashire, que atuaram entre 1778 e 1780, e os ludistas, que surgiram no princípio da década de 1810.

Eles lutavam contra as longas jornadas e as péssimas condições de trabalho. Defendiam, também, a criação de leis trabalhistas e o fim das dispensas arbitrárias.

Os quebradores invadiam as fábricas, em geral à noite, e destruíam as máquinas. Eles foram reprimidos com violência e alguns dos líderes acabaram presos, julgados e executados.

Alguns historiadores consideram que os ludistas eram corajosos, mas ingênuos, pois atribuíam a origem de seus problemas às máquinas, e não aos proprietários delas.

Para esses autores, os quebradores de máquinas não conseguiam perceber a mudança profunda na produção capitalista industrial e nas novas estratégias de dominação de classe.

Pesquisas mais recentes, no entanto, tendem a associar os ludistas a uma reação radical e consciente contra o sistema de fábrica. Segundo essa vertente, a principal intenção dos ludistas era mostrar que a fábrica não era a única, nem a melhor forma de organização do trabalho e da vida.

A Hora dos Sindicatos

Visando combater a rotina extenuante e as dramáticas condições de vida e de trabalho que enfrentavam, os operários começaram a se reunir em associações chamadas *trade union*, ou sindicatos, como passaram a ser conhecidas.

O objetivo central da *trade union* era organizar as lutas dos operários para conquistar aumento de salário, redução das jornadas de trabalho, regulamentação e limitação do trabalho infantil, férias e descanso semanal remunerado.

As associações trabalhistas na Inglaterra, no entanto, foram proibidas em 1799. Mesmo assim, muitas continuaram existindo clandestinamente.

Em 1824, o funcionamento dos sindicatos deixou de ser ilegal e, em 1871, essas associações foram efetivamente legalizadas. Esse processo acabou por fortalecer o movimento operário inglês.

O Cartismo

O Cartismo nasceu em Londres, em 1838, e acabou adquirindo caráter nacional. O movimento começou quando uma associação de trabalhadores enviou ao Parlamento inglês a Carta do Povo, um documento em que reivindicava o voto secreto, o sufrágio universal masculino, o direito dos operários a candidatar-se às cadeiras do Parlamento, entre outros direitos.

A petição recebeu mais de 1 milhão de assinaturas de trabalhadores.

A recusa do Parlamento em aprovar a carta, porém, desencadeou uma onda de greves, manifestações e prisões.

Por volta de 1840, o movimento apresentou outra petição, bem mais radical que a primeira. Além das reivindicações iniciais, o documento exigia aumento de salário e redução da jornada de trabalho.

A nova petição recebeu cerca de 3,3 milhões de assinaturas, mais da metade da população masculina inglesa da época.

Aos poucos, as lutas operárias surtiram efeito. As leis trabalhistas do século XIX e início do XX melhoraram as condições de trabalho nas fábricas e minas inglesas, além de fortalecer as lutas dos trabalhadores de outros países (veja o quadro abaixo).

1802	Limitou a jornada de trabalho das crianças a 12 horas diárias.
1824	As associações de trabalhadores deixaram de ser ilegais.
1833	Limitou o trabalho das crianças entre 9 e 13 anos a 8 horas diárias. Estabeleceu que as crianças deveriam usar 2 horas do seu tempo para ir à escola.
1871	O direito de formar sindicatos foi legalizado.
1908	Instituiu os primeiros sistemas de seguro social.
1919	Estabeleceu a jornada de 8 horas diárias.

Capítulo 5

A Independência do Brasil e o Primeiro Reinado

Que fatores levaram os colonos a questionarem a dominação Colonial Portuguesa?

A Crise Portuguesa se Aprofunda

A situação de Portugal no contexto internacional do século XVIII era delicada. As monarquias ibéricas, pioneiras no processo de colonização da América, passaram a enfrentar a concorrência de potências em ascensão, como Holanda, França e Inglaterra.

A rivalidade entre essas potências caracterizou todo o século XVIII, com destaque para a disputa entre França e Inglaterra. Enquanto os ingleses conquistavam vantagens no mundo ultramarino, os franceses exerciam influência sobre outras monarquias europeias, como a Espanha.

Enquanto foi possível, os reis lusos se mantiveram neutros diante desses conflitos. A debilidade da economia portuguesa, no entanto, restringia a capacidade do governo português de resistir por muito tempo às pressões externas. Assim, pressionados, desde a metade do século XVII, os portugueses vinham se aproximando da Inglaterra e assinando tratados comerciais que beneficiavam a nação britânica.

A dependência da economia portuguesa se aprofundou com a assinatura do tratado de Methuen, em 1703. O acordo estabelecia o fim de qualquer restrição à entrada de vinhos portugueses na Inglaterra e de tecidos ingleses em Portugal; em outras palavras, o tratado abria o mercado português à entrada de tecidos ingleses e o mercado inglês à entrada de vinhos portugueses.



Pintura de Ludolf Bakhuysen, de c. 1702, representando a batalha de Vigo (1702), entre as esquadras anglo-holandesa e hispano-francesa, durante a guerra de sucessão espanhola. Museu marítimo nacional, Londres.

Tentativas de Superação da Crise



Marquês de Pombal expulsando os jesuítas, detalhe da pintura de Louis-Michel Van Loo e Claude-Joseph Vernet, 1767. Palácio dos marqueses de pombal, Oeiras, Portugal.

O tratado de Methuen foi prejudicial para a economia portuguesa porque o volume de tecidos importados por Portugal era muito superior à quantidade de vinhos importada pela Inglaterra. O resultado dos vários tratados desiguais firmados entre os dois países foi o crescente déficit comercial do reino português.

Diante da fragilidade econômica de Portugal, a exploração de ouro na região das minas gerais e o aumento do controle do comércio colonial assumiram um papel estratégico. Em 1711, por exemplo, a coroa portuguesa restringiu a chegada de navios estrangeiros não autorizados à América portuguesa.

A partir da segunda metade do século XVIII, com a progressiva queda na produção aurífera em minas gerais, a crise econômica portuguesa agravou-se mais ainda. Diante disso, um conjunto de medidas foi tomado visando gerar mais recursos para os cofres do reino e superar a crise. Essa tarefa ficou a cargo de Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de pombal, ministro de estado da guerra e dos negócios estrangeiros do rei d. José I.

A Administração Pombalina

Na visão de pombal, o crescimento das indústrias, do comércio e da produção agrícola de Portugal decorreria da exploração da colônia, do aumento da arrecadação fiscal e do combate ao contrabando. Para isso, o ministro tomou várias medidas visando reforçar o controle sobre a colônia portuguesa na América.

Em 1751 foram criadas as Casas de Inspeção do Tabaco e do Açúcar para solucionar dificuldades na exportação desses produtos.

Com a finalidade de reforçar o monopólio comercial português, foram criadas a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755) e a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759).

Um decreto oficial de 1758 proibiu a escravidão de indígenas na América portuguesa,

medida que impulsionou o lucrativo tráfico de escravos africanos.

Em 1759, no intuito de reforçar a centralização político-administrativa, os jesuítas foram expulsos de Portugal e de seus domínios coloniais.

O Real Erário, criado em 1761, tinha a tarefa de garantir a cobrança do quinto e combater a sonegação e o contrabando.

Em 1763, a sede do governo do Brasil foi transferida de Salvador para o Rio de Janeiro.

As medidas pombalinas, contudo, não foram suficientes para impedir a crise do domínio colonial português na América.

Transformações importantes no cenário internacional e no Brasil, como a independência dos Estados Unidos (1776), os interesses das indústrias inglesas em conquistar o mercado consumidor das colônias e a insatisfação das elites de algumas capitanias com a exploração colonial, apontavam para o fim da dominação portuguesa no Brasil.

A Conjuração Mineira

A exploração aurífera em Minas Gerais havia gerado uma rica elite urbana, formada em grande parte por contratadores, homens de prestígio que recebiam da Coroa o direito de cobrar os impostos da população mineira. Entretanto, com o progressivo esgotamento das minas, a partir dos anos 1760, os contratadores se viram em grandes dificuldades.

A queda na produção aurífera levou à redução dos tributos recolhidos pelos contratadores e, conseqüentemente, à diminuição da parte destinada aos cofres da Coroa. No início de 1789, as dívidas dos contratadores com a Coroa somavam 1 milhão de réis.

Em 1788, chegou à região das Minas Gerais o novo governador da capitania, Luís Antônio de Castro do Rio de Mendonça, o visconde de Barbacena. Sua tarefa era cumprir a lei da derrama, que obrigava o pagamento de 100 arrobas de ouro anuais para a Coroa portuguesa.

Quando foi anunciado que a cobrança dos impostos atrasados seria feita em 1789, acompanhada de uma ampla investigação sobre o contrabando na região, destacados membros da elite econômica e intelectual de Minas Gerais passaram a se reunir em Vila Rica e a planejar um movimento contra o domínio colonial, que ficou conhecido como Conjuração Mineira.

Entre os conspiradores estavam os padres José Rolim e Carlos Toledo e Melo; contratadores endividados, como João Rodrigues de Macedo, Joaquim Silvério dos Reis e Domingos de Abreu Vieira; os poetas Tomás Antônio Gonzaga e Cláudio

Manoel da Costa; e o alferes (oficial de baixa patente) Joaquim José da Silva Xavier, mais conhecido como Tiradentes por também exercer funções de dentista.

Muitos deles eram influenciados pelo exemplo da independência dos Estados Unidos (1776) e pelos ideais iluministas de liberdade e igualdade.

A Sedição que não se Concretizou

O plano dos conspiradores era proclamar uma república em Minas Gerais, esperando por um apoio posterior de São Paulo e do Rio de Janeiro. Alguns deles eram contrários à escravidão, mas a maioria defendia sua continuidade por serem donos de escravos. Os conjurados também propunham o perdão de todas as dívidas com a Fazenda Real; o incentivo à instalação de manufaturas na capitania; a liberação do Distrito Diamantino para todos os mineiros; e a fundação de uma universidade em Vila Rica.

Em reuniões na casa do tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade, os conjurados decidiram que o levante deveria ocorrer no mesmo dia em que a derrama fosse aplicada. Porém, em março de 1789, Joaquim Silvério dos Reis, um dos contratadores mais endividados da capitania, delatou os companheiros em troca do perdão de suas dívidas com a Coroa. Com isso, todos os revoltosos foram presos e enviados para o Rio de Janeiro. O movimento, portanto, não chegou a se realizar.

Por ordem de D. Maria I, a então rainha de Portugal, em 1790 iniciou-se o processo contra os conjurados, registrado nos Autos da devassa contra a Inconfidência Mineira, que durou até 1792. Ao todo, 34 réus foram acusados de inconfidência, ou seja, de infidelidade à monarquia portuguesa.

Do total de conspiradores, onze foram condenados à morte. Dez deles, porém, tiveram suas penas substituídas pelo exílio perpétuo na África. Somente Tiradentes foi executado numa cerimônia pública no Rio de Janeiro. Em 21 de abril de 1792, o alferes foi enforcado, e seu corpo, esquartejado. Seus restos mortais foram expostos em postes das cidades mineiras. O ritual tinha força simbólica – mostrar à população o destino de quem se rebelava contra a Coroa.

A Conjuração Mineira não se concretizou, mas vislumbrou um novo horizonte político para a colônia.

A Conjuração Baiana

As revoltas dos colonos também atingiram outras regiões do Brasil, como Salvador, na Bahia.

Apesar de ser a cidade mais rica do Brasil na época, Salvador havia deixado de ser capital, e sua

produção de açúcar havia diminuído de forma significativa.

As propostas da Conjuração Baiana (1798)

- ✓ Fim do domínio português na Bahia;
- ✓ Proclamação da República;
- ✓ Liberdade de comércio;
- ✓ Fim da escravidão;
- ✓ Fim das diferenças raciais.

Em fins do século XVIII, porém, um acontecimento nas Antilhas repercutiu na produção açucareira do Nordeste. As guerras de independência do Haiti provocaram a destruição de muitos canaviais, o que fez aumentar a procura pelo açúcar brasileiro.

Consequentemente, os preços do açúcar subiram, o que levou muitos proprietários da Bahia a ampliar o cultivo de cana e a reduzir as plantações de gêneros alimentícios. Como resultado, o preço dos alimentos subiu e grande parte da população começou a enfrentar a fome.

A escassez de alimentos criou um ambiente propício para a revolta. A presença de ideias iluministas e as notícias sobre a Revolução Francesa, divulgadas principalmente pela Sociedade Maçônica Cavaleiros da Luz, também serviram de combustível ao projeto revolucionário.

Também conhecido como Conjuração dos Alfaiates, o movimento baiano teve caráter popular e um forte conteúdo de oposição à elite econômica e social.

Contou com a participação de pequenos comerciantes, soldados, artesãos, alfaiates, negros libertos, mulatos e escravos, além de alguns homens brancos mais abastados.

O primeiro ato da conjuração ocorreu no dia 12 de agosto de 1798, quando alguns locais públicos de Salvador amanhecaram cobertos de cartazes, chamando o povo à revolução.

Vários deles atacavam a administração portuguesa, reivindicavam melhores remunerações aos soldados e denunciavam a corrupção das autoridades. Veja acima as principais propostas dos conjurados.

O movimento, porém, foi rapidamente contido. Com a ajuda de delatores, as investigações levaram os principais envolvidos à prisão. A devassa recaiu sobre os negros e os mulatos, que foram punidos com rigor. Os soldados Luís Gonzaga das Virgens e Lucas Dantas do Amorin e os alfaiates João de Deus e Manuel Faustino foram condenados à morte e executados em 1799.

Que mudanças ocorreram no Brasil após a chegada da Família Real Portuguesa?

Por que a Família Real mudou-se para o Brasil?

No início do século XIX, a Europa vivia uma grave crise política e militar. De um lado, o grande exército francês de Napoleão Bonaparte dominava o continente.

De outro, a Inglaterra, com sua enorme armada, era a senhora dos mares. No meio desses dois gigantes estava Portugal, economicamente pobre, apesar de suas inúmeras colônias.

Quando o imperador francês decretou o Bloqueio Continental, o governo luso viu-se num dilema. Por um lado, submeter-se ao bloqueio e romper com a Inglaterra significava expor as colônias portuguesas ao poderio naval inglês. Por outro, desacatar a ordem de Napoleão resultaria na invasão de Portugal pelas tropas francesas.

A intenção de transferir a corte portuguesa para o Brasil não era nova; ela já tinha sido cogitada em várias ocasiões desde o século XVII. Diante das pressões daquele momento, a mudança foi vista como a melhor opção por D. João e alguns de seus ministros, porque isso evitaria o conflito militar direto com a França, garantiria a segurança da família real e impediria a invasão do Brasil pela Inglaterra.

Em outubro de 1807, Inglaterra e Portugal negociaram a transferência da família real para o Brasil, que seria escoltada pela esquadra inglesa em troca de vantagens comerciais.

No dia 29 de novembro, a Família Real, acompanhada de aproximadamente 10 mil pessoas, partiu do porto de Belém, em Lisboa, com destino ao Brasil. Nos navios, partiram também joias, louças, mapas, arquivos oficiais e moedas.

Em Terras Brasileiras

No dia 24 de janeiro de 1808, a nau que conduzia o príncipe regente D. João atracou em Salvador. Pela primeira vez, uma família real europeia pisava em solo americano. Dias depois, D. João assinou o decreto que abriu os portos brasileiros ao comércio com as nações amigas.

Ao abrir os portos brasileiros, o príncipe cumpria o acordo feito com a Inglaterra, pelo qual esta se comprometia a escoltar a corte para o Brasil em troca do fim das restrições comerciais aos produtos ingleses. Para completar essa aliança, em 1810, D. João assinou o Tratado de Comércio e

Navegação, que concedia tarifas privilegiadas às exportações inglesas.

A abertura dos portos decorreu também da ocupação de Portugal pelas tropas francesas. Com o território invadido, os portugueses não teriam como abastecer o Brasil com produtos europeus. Assim, a carta régia de 1808 autorizou a entrada no Brasil de produtos transportados em navios portugueses ou de nações amigas de Portugal. O mesmo foi estabelecido para os produtos do Brasil levados para o exterior.

Para o Brasil, a abertura dos portos teve grande importância, pois significou o término do exclusivo comercial metropolitano.

De Colônia à sede da Monarquia Portuguesa

Em 8 de março de 1808, o navio que transportava o príncipe D. João e a rainha D. Maria I atracou no porto do Rio de Janeiro. A capital da colônia parou para homenagear a família real. Ao som dos sinos e dos tiros de canhão, autoridades da América portuguesa, além de nobres que já haviam desembarcado, receberam os ilustres visitantes, diante dos olhos curiosos da multidão que ali vivia e acompanhava os festejos.

Aos poucos, a colônia transformou-se em sede da administração portuguesa. Repartições que cuidavam das finanças, do comércio, da agricultura e de outros serviços foram transferidas para a cidade do Rio de Janeiro.

Uma Nova Dignidade ao Brasil

Com a derrota napoleônica na Europa, as potências europeias reunidas no Congresso de Viena (1814-1815) determinaram que as monarquias destituídas por Napoleão reassumissem o trono.

Como as resoluções em Viena só reconheciam Lisboa como sede do governo português, D. João deveria regressar a Portugal para assumir o trono. Porém, a família real já estava devidamente instalada no Brasil, e nem D. João nem muitos dos súditos vindos com a corte tinham a intenção de voltar tão cedo a Portugal.

A solução encontrada pelo príncipe foi elevar sua colônia americana, em dezembro de 1815, à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves.

Essa mudança oficializava a nova organização da monarquia portuguesa perante as demais nações europeias e o fim da divisão metrópole-colônia, já superada na prática pela abertura dos portos, em 1808.

A medida também reforçou a importância do espaço americano no conjunto do Império Português e deu uma nova dignidade política ao Brasil.

A decisão de D. João em permanecer no Brasil também revelava um temor: seu retorno a Portugal poderia levar à desintegração do Império Português e à substituição, no Brasil, do regime monárquico por uma fragmentação territorial de caráter republicano.

O Enraizamento de Interesses

A transferência da família real para o Rio de Janeiro teve um significado importante para as relações entre Portugal e Brasil e para a elite luso-americana. O eixo econômico, até então centrado em Portugal, transferiu-se para a América, processo denominado interiorização da metrópole.

A proximidade da figura do rei criou expectativas nas elites de concessão de favores e atribuições de honrarias e títulos de nobreza, situação que D. João utilizou para obter o apoio financeiro das elites de Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

O Centro-Sul tornou-se a principal área econômica do Brasil, e os poderosos dessa região queriam se impor diante das demais elites regionais, principalmente o Nordeste. Dessa forma, a transferência da família real redefiniu hierarquias entre as províncias do Brasil. Isso significou a concessão de benefícios especiais ao Rio de Janeiro e o aumento de impostos em outras regiões para custear a instalação da Corte Portuguesa.



O beija-mão de D. João VI, gravura de autoria desconhecida, século XIX. Biblioteca Brasileira da Universidade de São Paulo, São Paulo. D. João soube negociar concessão de favores e títulos em troca do apoio financeiro de homens ricos da sociedade fluminense.

Uma Rebelião no Nordeste

O Nordeste, que em séculos anteriores desfrutou de riqueza e prestígio trazidos pela economia açucareira, enfrentava uma situação crítica no início do século XIX. Nesse período, a região passava por uma grave crise econômica, causada principalmente pelo declínio das lavouras de exportação.

Além disso, a população estava descontente com o controle que os portugueses exerciam sobre o comércio e os altos cargos administrativos e com a sobrecarga de impostos cobrados do governo sediado no Rio de Janeiro após a transferência da corte para o Brasil.

A combinação desses fatores levou à Revolução Pernambucana de 1817. Padres, artesãos, militares,

juízes, proprietários de terra e outros setores sociais tomaram o governo de Recife e proclamaram a república.

O movimento instalou um governo provisório, inspirado no Diretório da Revolução Francesa, e propôs a elaboração de uma Constituição que expressasse princípios do liberalismo, a liberdade de imprensa, a soberania popular e a tolerância religiosa.

Porém, não havia unidade entre os revoltosos: os pobres queriam conquistar a igualdade, enquanto as elites buscavam a autonomia política.

O movimento atingiu Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas. Porém, após pouco mais de dois meses, o governo do Rio de Janeiro, com o apoio da Bahia, retomou o controle do Recife e reprimiu com violência os revoltosos.

Apesar da derrota, a Revolução Pernambucana representou um duro golpe à monarquia portuguesa.

Para o embaixador Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão, a Revolução Pernambucana representou, aos olhos do mundo, o acontecimento fundador do Brasil, que passou a ser percebido não mais como colônia, e sim como entidade nacional independente de Portugal.

“Aquela revolução, repercutindo nacional e internacionalmente como nenhum outro acontecimento anterior, no Brasil, jamais repercutira, e na moldura de uma América totalmente conturbada, apresenta ao mundo surpreso um Brasil novo: um Brasil, dentro daquele Brasil português, que quer tomar as rédeas de seu próprio destino e romper qualquer vínculo de dependência política com Portugal e a dinastia de Bragança.”

Uma Rebelião no Nordeste

O Nordeste, que em séculos anteriores desfrutou de riqueza e prestígio trazidos pela economia açucareira, enfrentava uma situação crítica no início do século XIX. Nesse período, a região passava por uma grave crise econômica, causada principalmente pelo declínio das lavouras de exportação.

Além disso, a população estava descontente com o controle que os portugueses exerciam sobre o comércio e os altos cargos administrativos e com a sobrecarga de impostos cobrados do governo sediado no Rio de Janeiro após a transferência da corte para o Brasil.

A combinação desses fatores levou à Revolução Pernambucana de 1817.

Padres, artesãos, militares, juízes, proprietários de terra e outros setores sociais tomaram o governo de Recife e proclamaram a república.

O movimento instalou um Governo Provisório, inspirado no Diretório da Revolução Francesa, e propôs a elaboração de uma Constituição que expressasse princípios do liberalismo, a liberdade de imprensa, a soberania popular e a tolerância religiosa.

“Aquela revolução, repercutindo nacional e internacionalmente como nenhum outro acontecimento anterior, no Brasil, jamais repercutira, e na moldura de uma América totalmente conturbada, apresenta ao mundo surpreso um Brasil novo: um Brasil, dentro daquele Brasil português, que quer tomar as rédeas de seu próprio destino e romper qualquer vínculo de dependência política com Portugal e a dinastia de Bragança.”

D. Pedro e as Elites

A maior parte da elite brasileira, formada principalmente por grandes proprietários de terra, apoiava a ideia de uma monarquia dual, ou seja, D. João governaria Portugal e D. Pedro governaria o Brasil.

O mais importante era garantir as liberdades conquistadas a partir de 1808. Manter um monarca português no poder era também uma forma de evitar uma mobilização social pela independência. Havia entre as elites do Brasil um temor muito grande de uma rebelião escrava, como tinha ocorrido no Haiti.

As pressões das Cortes para recolonizar o Brasil, porém, levaram a elite brasileira a admitir a ideia da independência. As Cortes, percebendo o objetivo dos brasileiros, exigiram o retorno de D. Pedro a Portugal.

A decisão do príncipe regente, contudo, foi permanecer no Brasil. A resposta de D. Pedro às Cortes, anunciada no dia 9 de janeiro de 1822, marcou o Dia do Fico.

A Proclamação da Independência

As relações entre as Cortes e o Brasil se deterioravam a cada dia. Numa viagem a São Paulo, D. Pedro recebeu notícias de que as Cortes haviam reduzido o poder do príncipe regente.

Na carta, o ministro do Conselho de Estado, José Bonifácio, insistia para que D. Pedro rompesse com Portugal. Assim, no dia 7 de setembro de 1822, D. Pedro proclamou a independência do Brasil e, em outubro, foi aclamado imperador.

A Independência do Brasil resultou de uma aliança política entre o príncipe D. Pedro e a aristocracia rural brasileira. As elites se

aproximaram de D. Pedro para evitar a participação popular na luta pela independência e garantir seus privilégios. Por isso, o Brasil que nasceu da independência era um país monárquico e escravista.

Além disso, é importante ressaltar que, na época da independência, não havia no Brasil um sentimento de nacionalidade. Em cada província as pessoas se sentiam mais como habitantes daquele lugar do que como brasileiros.

A tarefa de construir o Estado nacional foi realizada procurando anular as diferenças culturais entre as províncias, muitas vezes pelo uso da força, como demonstram as revoltas que marcaram o Brasil imperial.

Nem todos queriam a Independência...

Logo após a independência, D. Pedro enfrentou uma grande resistência interna.

Nas províncias do Pará, Maranhão, Piauí e Ceará, além de parte da Bahia e da Província Cisplatina, militares e altos funcionários portugueses se opuseram à Independência do Brasil, aliando-se às Cortes.

No município de Campo Maior, no Piauí, por exemplo, ocorreu a Batalha do Jenipapo, em 13 de março de 1823. Na luta, piauienses apoiados por maranhenses e cearenses combateram as tropas portuguesas, comandadas pelo governador João José da Cunha Fidié.

O movimento teve forte caráter popular. Estima-se que mais de 2 mil sertanejos, entre vaqueiros, artesãos, fazendeiros, roceiros, lavradores e até mesmo escravos, tenham participado do conflito. Eles armaram-se com instrumentos de trabalho, como foices e enxadas.

Apesar da resistência sertaneja, as tropas de Fidié venceram o conflito e fizeram cerca de 500 prisioneiros. Porém, após a batalha, um grupo de sertanejos invadiu o acampamento militar dos portugueses e apreendeu armamentos, munições e dinheiro. Além disso, muitos soldados desertaram. Assim, Fidié se viu obrigado a retirar-se do Piauí. Seguiu para o Maranhão, onde foi preso e mandado de volta a Portugal.

Na Bahia, por sua vez, a guerra contra as tropas portuguesas contou com o apoio de oficiais ingleses. O conflito terminou em 2 de julho de 1823, com a vitória das forças inglesas e imperiais.



Coroação do imperador D. Pedro I do Brasil em 1822, obra de Jean-Baptiste Debret, 1828. Palácio do Itamaraty, Brasília.

O Reconhecimento Internacional

Se, no plano interno, a consolidação da independência foi difícil, no plano externo o reconhecimento só aconteceu três anos após o grito do Ipiranga.

Os Estados Unidos foram o primeiro país a reconhecer a independência do Brasil, em 1824. Mesmo assim, o novo Estado precisava do aval de Portugal para ser reconhecido pelas potências europeias.

Depois de várias negociações diplomáticas, em 1825, com a assinatura do Tratado de Paz e Aliança, a independência brasileira foi finalmente reconhecida.

Entre outras obrigações, o Brasil concordava em indenizar a antiga metrópole com a elevada quantia de 2 milhões de libras esterlinas, fornecida por um empréstimo inglês. Depois de Portugal, a Inglaterra, a França, a Áustria e as demais potências europeias reconheceram o Brasil como novo Estado independente na América do Sul.

A Assembleia Constituinte de 1823

Além dos conflitos internos, em 1823 também ocorreram eleições para a Assembleia Constituinte. Instalada em maio, ela reunia advogados, padres, funcionários públicos — civis e militares — e, principalmente, proprietários rurais.

Chamados de constituintes tinham por objetivo elaborar a primeira Constituição do Brasil, tarefa essencial na construção do novo Estado.

Os constituintes estavam divididos em duas correntes distintas: os partidários do imperador, que defendiam um governo centralizado e forte, capaz de derrotar as tendências separatistas que se verificavam no começo do império, e os adversários do imperador, que propunham limites para a autoridade de D. Pedro I, por exemplo, que ele não tivesse poder para dissolver a Câmara dos Deputados.

As divergências entre as duas correntes principais chegaram ao fim com a dissolução da Assembleia Constituinte pelas tropas de D. Pedro I, em novembro de 1823, na chamada Noite da Agonia.

A Constituição de 1824

Dissolvida a Assembleia Constituinte, D. Pedro I encomendou um novo projeto constitucional, outorgado por ele em 1824. A primeira Constituição do Brasil conciliava os interesses da elite com o autoritarismo do imperador. Veja as principais resoluções da lei:

- ✓ Divisão dos poderes em Executivo, Legislativo, Judiciário e Moderador. Este último era exclusivo do imperador e lhe garantia o direito de intervir nos demais poderes.
- ✓ Garantia do direito à propriedade das terras, escravos e demais bens adquiridos pelas elites durante o período colonial.
- ✓ Estabelecimento do Catolicismo como religião oficial do império.
- ✓ Voto indireto e censitário – os eleitores escolhiam, nas eleições primárias, o colégio encarregado de eleger os deputados. Além disso, exigia-se do cidadão uma renda mínima para poder votar ou candidatar-se à Câmara e ao Senado.

A lei também dividiu o território brasileiro em províncias, governadas por um presidente nomeado pelo imperador. Estabeleceu ainda o princípio da tolerância religiosa e a educação primária gratuita.

Os Indígenas na Constituição

Em 1823, o estadista José Bonifácio apresentou à assembleia seus Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil. O documento propunha, basicamente, assimilar e ressocializar os indígenas por meio da educação, do trabalho, dos casamentos mistos e do convívio com o homem branco. Segundo Bonifácio, o Estado deveria amparar os indígenas até que eles se integrassem à sociedade.

As ideias de Bonifácio desagradavam diversos setores da sociedade, principalmente as elites agrárias, interessadas nas terras indígenas. Além disso, o projeto expressava a ausência de uma política geral para os indígenas do Brasil. Assim, a questão indígena foi excluída da Constituição de 1824. Os indígenas não eram considerados cidadãos nem brasileiros, ficando, portanto, fora dos planos políticos e sociais do país.

A Crise Econômica e Política

Depois da independência, o Brasil continuou sendo um país agrário-exportador, muito dependente da variação de preços dos produtos primários no mercado internacional. Além disso, o custo da independência tinha sido elevado, tanto em razão das despesas militares como da pesada indenização exigida pelo governo português.

Endividado, D. Pedro I adotou uma política econômica desastrosa. Emitiu mais moeda do que podia, causando o aumento do custo de vida e a falência, em 1829, do Banco do Brasil. O curto reinado de D. Pedro I também foi marcado por conflitos com os brasileiros. A Câmara dos Deputados só foi convocada em 1826, após sucessivos adiamentos. Diante do predomínio de deputados da oposição, D. Pedro I tratou de controlar o Senado, escolhendo os senadores numa lista de três candidatos mais votados em cada província.

A Abdicação de D. Pedro I

Em abril de 1831, já não era possível controlar as manifestações de protesto. Na capital e nas províncias, associações oposicionistas e até membros do alto-comando do exército pediam a derrubada do governo.

D. Pedro I, dividido entre os compromissos do governo do Brasil e as lealdades devidas a Portugal, custou a tomar uma decisão. A pressão vinda de Lisboa era intensa, pois os liberais portugueses, desde 1830, insistiam no retorno do imperador.

Isolado politicamente e abandonado pelos militares, em 7 de abril de 1831 D. Pedro I abdicou do trono do Brasil e partiu para a Europa. A Coroa ficou com seu filho, o brasileiro Pedro de Alcântara, na ocasião com 5 anos de idade. A renúncia do imperador significou a vitória das elites brasileiras e a ruptura definitiva com Portugal.

Capítulo 6

Brasil – da Regência ao Segundo Reinado

Por que o Período Regencial é considerado o mais conturbado da História Independente do Brasil?

As Regências

Atualmente, quando o governante de um país renuncia ao cargo ou abdica o trono, você sabe quem assume o lugar? No caso do Brasil, que é uma república presidencialista, quando o presidente renuncia ao cargo, quem deve assumi-lo é o vice-presidente.

Se, na ocasião da renúncia, o vice estiver impedido de ocupar a vaga, o cargo deverá ser assumido, nesta ordem, pelo presidente da Câmara dos Deputados, do Senado ou do Supremo Tribunal Federal.

Em qualquer uma dessas três situações, o cargo será assumido em caráter provisório, até que uma eleição defina o novo presidente do país.

Em 1831, o Brasil passou por uma situação semelhante a essa. Em abril daquele ano, D. Pedro I abdicou o trono em favor de seu filho, Pedro de Alcântara, que tinha apenas 5 anos de idade. Pela Constituição em vigor, o parente mais próximo do imperador maior de 25 anos deveria assumir o poder.

Como nenhum outro membro da família real estava habilitado a ocupar o governo no lugar do jovem herdeiro do trono, o Império do Brasil passou a ser governado por três regentes em caráter temporário. Após pouco mais de dois meses, deputados e senadores reuniram-se em Assembleia Geral e elegeram a Regência Trina Permanente.

Os Grupos Políticos durante a Regência

A elite brasileira do período estava dividida em três grandes blocos. Os restauradores, grupo formado por comerciantes portugueses e funcionários públicos, queriam a volta de D. Pedro I ao trono e eram contrários a reformas sociais e econômicas.

Os liberais moderados representavam a aristocracia rural e defendiam uma monarquia constitucional. Eles dominavam a vida política do período. Os liberais exaltados, por sua vez, eram ligados às camadas médias urbanas, mas também tinham vínculos com grandes proprietários rurais.

A principal reivindicação era a monarquia federativa, uma forma de governo que garantia

autonomia para as províncias. Alguns também defendiam a instauração da república.

A Regência Una

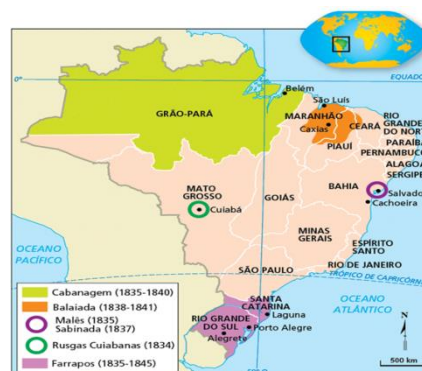
A instalação do governo regencial garantiu a adoção de medidas decisivas na construção do Estado nacional brasileiro, de acordo com os interesses das elites provinciais. Por isso, o tema da autonomia das províncias esteve presente nos principais debates políticos e insurreições que marcaram o período. A principal medida da regência que conciliou o objetivo de garantir a unidade nacional e a autonomia desejada pelas elites provinciais foi o Ato Adicional de 1834, que reformava a Constituição de 1824.

O ato criou as Assembleias Legislativas Provinciais, dando maior autonomia para as províncias decidirem questões que antes eram de competência do governo imperial, como a criação de tributos e a instrução pública. A lei também substituiu a Regência Trina Permanente por uma Regência Una.

As mudanças introduzidas pelo Ato Adicional criaram no Brasil um modelo de governo que ficou conhecido como “experiência republicana”, pois o país passou a ser governado por uma única pessoa, eleita pelo voto secreto e com mandato de quatro anos. A criação das Assembleias Provinciais também pode ser vista como uma experiência federativa, geralmente associada aos regimes republicanos.

Essas reformas desagradaram aos mais conservadores, contrários a qualquer medida que favorecesse as províncias. Assim, dois novos grupos políticos surgiram: o dos regressistas, que defendia um governo forte e centralizado, e o dos progressistas, que reunia políticos favoráveis à manutenção das reformas liberais. Em 1835, o padre progressista Diogo Antônio Feijó venceu as eleições para a regência.

Durante seu governo, Feijó fez inimigos em todos os grupos políticos, até mesmo entre membros de sua agremiação. Também gerou uma crise com a Igreja Católica por defender a extinção das ordens religiosas e do celibato clerical.



Revoltas Regenciais

O período da regência de Feijó foi marcado pela eclosão de diversas revoltas provinciais, que ameaçaram fracionar o jovem Estado brasileiro em diferentes repúblicas independentes. De um lado, essas revoltas expressavam o embate entre um modelo centralizado de poder para o Brasil, defendido pelas elites ligadas ao governo imperial, e um modelo federativo, com ampla autonomia para as províncias, defendido principalmente por grupos sociais do Sul e do Norte.

De outro, as rebeliões expunham as fortes tensões sociais no interior do país, onde a maioria da população era vítima da pobreza ou da violência da escravidão.

Acusado de não se esforçar para conter as rebeliões, Feijó renunciou ao cargo em setembro de 1837, após pouco mais de dois anos no comando da Regência Una. Em seu lugar assumiu o regressista Pedro de Araújo Lima.

Revolta dos Malês (Salvador, 1835)

No início do século XIX, várias rebeliões de escravos explodiram na província da Bahia. Os africanos que vieram para o Brasil tinham diferentes procedências e etnias. Em Salvador, por exemplo, havia uma grande concentração de africanos convertidos ao islã.

Em 1835, aconteceu naquela cidade a revolta mais radical de africanos escravizados e libertos. A maioria dos rebeldes fazia parte da nação nagô, em cuja língua – o iorubá – a palavra imale significa "muçulmano". Por isso eles eram chamados de malês, e a rebelião ficou conhecida como Revolta dos Malês.

Na noite de 25 de janeiro daquele ano, cerca de 600 negros escravos e alforriados se levantaram com o propósito de libertar escravos, matar brancos e mulatos considerados traidores e pôr fim à escravidão africana. A maior parte dos rebeldes desempenhava atividades urbanas. Entre eles havia trabalhadores domésticos, pedreiros, carpinteiros, alfaiates, vendedores, ambulantes etc.

Embora tenha havido certo planejamento, até mesmo com a compra de armas e a elaboração de planos de ataque, os revoltosos foram delatados antes de o movimento eclodir. Eles chegaram a atacar o quartel militar da cidade, mas a repressão foi intensa por parte da Guarda Nacional. O conflito resultou na morte de 70 rebeldes e 10 militares, em muitos feridos e em centenas de presos.

Guerra dos Farrapos (Rio Grande do Sul, 1835-1845)

Em 1835, na província do Rio Grande do Sul, estourou a Guerra dos Farrapos, também conhecida como Revolução Farroupilha, liderada por ricos

estancieiros gaúchos. A economia da região tinha como base a criação de mulas, utilizadas para o transporte de mercadorias, e do gado bovino, com o qual se produzia o charque.

Os estancieiros possuíam vínculos comerciais com as regiões platinas, em especial com o Uruguai, onde eram donos de grandes extensões de terras. Eles exigiam do governo central a livre circulação de rebanhos entre os dois países e o aumento das taxas cobradas sobre os produtos importados da região do Prata. Como as taxas de importação fixadas pelo governo central eram reduzidas, os preços de artigos similares produzidos no Sul ficavam tão ou mais caros que os estrangeiros.

O conflito começou quando um grupo de estancieiros, liderados por Bento Gonçalves, depôs o governador da província. Em 1838, os rebeldes proclamaram a República de Piratini e colocaram no poder Bento Gonçalves. O governo rebelde organizou-se para defender as fronteiras da república recém-criada e chegou a convocar eleições para eleger os deputados que elaborariam uma Constituição. Os rebeldes também invadiram Laguna, em Santa Catarina, e, em 1839, proclamaram a República Juliana, que durou apenas quatro meses.

A Guerra Civil persistiu até 1845, quando a paz foi assinada. Por representar uma área de grande importância estratégica e econômica, o governo central agiu com cautela. Houve uma anistia geral, os oficiais farroupilhas foram incorporados ao exército nacional e as dívidas da República de Piratini foram assumidas pelo império.



Carga de cavalaria, pintura de Guilherme Litran, 1893. Museu Júlio de Castilhos, Porto Alegre. A imagem representa estancieiros gaúchos durante a Revolução Farroupilha.

Cabanagem (Grão-Pará, 1835-1840)

Distante da corte do Rio de Janeiro, a província do Grão-Pará era a mais próxima da antiga metrópole. A população da província era composta, em sua maioria, de índios, mestiços, trabalhadores escravos e libertos, e uma minoria branca de comerciantes portugueses.

Revoltas esparsas contra o governo central vinham ocorrendo desde a independência e se

agravaram com a abdicação de D. Pedro I. O ponto central da insatisfação dos proprietários de terra e comerciantes locais era o controle exercido pelos comerciantes portugueses dos altos cargos públicos, incluindo o de governador da província.

Além disso, a extrema pobreza em que viviam os habitantes do Grão-Pará levou a revolta a combinar o desejo de ascensão política dos grupos ricos e médios locais com as reivindicações populares por melhores condições de sobrevivência. Uma vida melhor era o desejo dos cabanos, população formada de índios, negros e mestiços pobres que viviam em cabanas à beira de rios ou igarapés.

O movimento se exacerbou com a nomeação pelo governo central de um novo governador para a província. As medidas repressivas tomadas por ele para controlar as revoltas serviram para fortalecer a resistência. Em 1835, os rebeldes tomaram Belém, executaram o governador e nomearam o fazendeiro Félix Clemente Malcher governador da província.

No entanto, não havia unidade entre os rebeldes. Para se ter uma ideia, durante o período em que os cabanos governaram a província, houve uma rebelião de escravos que lutavam por sua liberdade, mas que foi duramente reprimida pelo governo cabano.

Após a retomada da capital por tropas legalistas, os rebeldes se refugiaram no interior, onde permaneceram lutando por aproximadamente três anos. Em 1840, as tropas do governo retomaram o controle da província. Estima-se que 30 mil pessoas morreram no conflito.



Cabana no Rio Madeira, gravura de Auguste François Biard, 1862. Biblioteca Brasileira da Universidade de São Paulo. Grande parte da população pobre da província do Grão-Pará morava em cabanas como essa, à beira de rios ou igarapés.

Golpe da Maioridade

O quadro de insurreições do período regencial contribuiu para aprofundar as divergências políticas entre as elites sobre como garantir a estabilidade política e a unidade territorial do país.

Nesse contexto, o grupo dos regressistas criou o Partido Conservador, apoiado pelas províncias do

Nordeste e composto de altos funcionários do governo, grandes comerciantes e proprietários de terras. Os progressistas formaram o Partido Liberal, sustentado pelas províncias do Centro-Sul e constituído de senhores rurais e membros das camadas médias urbanas.

Em 1840, durante a regência de Araújo Lima, o governo regencial decretou a Lei de Interpretação do Ato Adicional, que diminuía o poder das Assembleias Legislativas Provinciais, limitando a autonomia das províncias. Insatisfeitos com o chamado “regresso conservador”, os liberais lançaram uma campanha pública pela antecipação da maioridade de Pedro de Alcântara, então com 14 anos de idade.

A campanha acabou ganhando grande apoio popular e do próprio príncipe. Nesse contexto, o Parlamento proclamou a maioridade de Pedro de Alcântara. Em julho de 1840, ele assumiu o trono, recebendo o título de D. Pedro II. Iniciava-se, assim, o Segundo Reinado no Brasil.

Essa foi a saída encontrada pelas elites para salvar a ordem escravocrata e a unidade do império, ameaçadas pelos levantes nas províncias. Como dizia na época o senador mineiro Bernardo Pereira de Vasconcelos, só um governo centralizado e forte seria capaz de “deter o carro da revolução”.



O ato da coroação do imperador D. Pedro II, pintura de François René Moreaux, 1842. Museu Imperial, Petrópolis. A pintura representa a cerimônia de coroação de D. Pedro II, ocorrida em 18 de julho de 1841.

Disputa Política entre Liberais e Conservadores

Responsáveis pelo projeto de lei que antecipou a maioridade de D. Pedro II, os liberais foram chamados pelo jovem imperador a compor o primeiro ministério de seu governo. No entanto, como os conservadores possuíam a maioria na Câmara dos Deputados, os liberais solicitaram ao imperador que dissolvesse o Parlamento e organizasse novas eleições.

Realizadas em outubro de 1840, as eleições ficaram marcadas pelo uso da violência por ambos os lados. Espancamentos e assassinatos de eleitores e adversários políticos, roubo de urnas e fraudes na contagem de votos explicam por que essa disputa pela hegemonia nas urnas ficou conhecida como eleições do cacete.

Os liberais saíram vitoriosos. Insatisfeitos, os conservadores exigiram que o imperador destituisse o gabinete liberal e convocasse novas eleições. Os liberais reagiram organizando revoltas em São Paulo e em Minas Gerais, que foram rapidamente sufocadas pelas tropas do governo imperial.

“Primavera dos Povos” no Brasil – Revolução Praieira

A última grande revolta do Segundo Reinado ocorreu na província de Pernambuco, em 1848. A Revolução Praieira foi assim chamada porque os líderes do movimento se reuniam na sede do jornal liberal *Diário Novo*, localizada na Rua da Praia, no Recife. Por esse motivo, os membros do movimento ficaram conhecidos como praiheiros.

A origem do movimento remete à perda, por parte dos senhores de engenho ligados ao Partido Liberal, do controle da província. No entanto, a revolta contou com ampla participação popular, sobretudo das camadas médias urbanas. Essa população lutava contra a falta de empregos e o controle do comércio pelos portugueses em Pernambuco.

Partindo da cidade de Olinda, cerca de 2.500 homens atacaram o Recife, mas não conseguiram tomar a cidade. A luta dos rebeldes prosseguiu sob a forma de guerrilhas até 1850, quando foram, finalmente, derrotados pelas tropas imperiais.

A Revolução Praieira não teve apenas motivações locais. Ela deve ser vista no contexto das revoluções liberais que varreram o continente europeu no mesmo ano.

Inspirados no socialismo de Robert Owen e Charles Fourier, os praiheiros se utilizaram da imprensa liberal, sobretudo do jornal *Diário Novo* e da revista *O Progresso*, para divulgar suas ideias.

A presença das ideias revolucionárias europeias no movimento praieiro ficou evidente no Manifesto ao mundo (leia o box abaixo), documento publicado por eles no início de 1849, no qual reivindicavam, entre outras mudanças, o sufrágio universal, a liberdade de pensamento, a igualdade de direitos entre os cidadãos e o fim do Poder Moderador.



Por esses motivos, a Revolução Praieira é nomeada por alguns historiadores de a “Primavera dos Povos” brasileira.

Guerra do Paraguai (1864-1870)

A guerra entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai marcou decisivamente a história desses países. O principal fator para a eclosão da Guerra do Paraguai ou Guerra da Tríplice Aliança foram as disputas pelo controle da Bacia do Prata, formada pelos rios Paraná, Paraguai e Uruguai.

O Paraguai, sem saída para o mar, dependia dos rios platinos para o escoamento dos seus produtos. Para o Brasil, os rios representavam a única via de comunicação entre as províncias de Mato Grosso e do Rio de Janeiro.

Os enfrentamentos militares começaram com a intromissão do Brasil nos assuntos internos do Uruguai, cujo poder político era disputado entre os blancos e os colorados. Em outubro de 1864, o Brasil, que apoiava o Partido Colorado, invadiu o Uruguai, alegando defender os interesses dos brasileiros que ali viviam.

Nesse contexto, o Paraguai, governado por Francisco Solano López e aliado dos blancos, rompeu relações diplomáticas com o Brasil e, em novembro, aprisionou o navio *Marquês de Olinda*, que seguia para Cuiabá. No mês seguinte, tropas paraguaias invadiram o Mato Grosso e pediram autorização do governo argentino para atravessar seu território e entrar no Rio Grande do Sul. Diante da recusa, Solano López declarou guerra à Argentina e atacou a província de Corrientes.

As investidas do Paraguai motivaram Brasil, Argentina e os colorados uruguaios a formalizar, em maio de 1865, a Tríplice Aliança, com o compromisso de derrotar Solano López e liberar a navegação fluvial na região para os três países.

A Guerra só Terminou em 1870, com a Morte de Solano López e a Derrota Paraguaia.

Resultados do Conflito

Para o Paraguai, o conflito foi uma catástrofe. O país teve de arcar com uma pesada dívida de guerra, além de ter boa parte de suas terras anexadas pelos vencedores (observe o mapa). Sua população foi reduzida a um quinto, a maior parte composta de mulheres, idosos, pessoas com deficiência e crianças. As indústrias e ferrovias ruíram, o latifúndio voltou e o mercado paraguaio foi invadido pelos produtos ingleses.

O Brasil não obteve grandes vantagens com o conflito. Cerca de 40 mil soldados morreram em combate, e as dívidas contraídas com a guerra foram pesadas, o que provocou o aumento da inflação. Como o Brasil assumia a maior parte das despesas do bloco dos aliados, o governo de D.

Pedro II, em várias ocasiões, teve de recorrer a empréstimos externos para custear o conflito.

A Guerra do Paraguai é objeto de diferentes interpretações por parte dos historiadores. Uma vertente dos anos 1970-1980 tendeu a analisar o conflito como resultado, principalmente, dos interesses da Inglaterra em pôr fim ao progresso paraguaio, visto como uma ameaça aos negócios ingleses na região platina. Opondo-se a essa visão, o especialista em relações internacionais Francisco Doratioto analisa o conflito como fruto das disputas entre os países da região e o caminho escolhido para se consolidarem como Estados nacionais.

Qual foi a importância do café para a Economia Brasileira do Século XIX?

Café – a joia do Segundo Reinado

O café foi introduzido no Brasil no início do século XVIII, vindo da Guiana Francesa. Em pouco tempo, ele foi levado para a capitania do Rio de Janeiro, onde passou a ser cultivado para consumo doméstico. Apenas no final do século XVIII, com a ampliação do consumo nos países do Ocidente, a produção para o mercado começou a se expandir.

No começo do Segundo Reinado, em 1840, o café já era o principal produto da economia brasileira, representando cerca de 40% das exportações do país e mais da metade da produção mundial. A rápida expansão do cultivo deveu-se a quatro fatores principais: abundância de terras, disponibilidade de mão de obra, condições climáticas favoráveis e aumento do consumo do produto no exterior.

A primeira fase de produção para um amplo mercado teve como centro o Vale do Paraíba, onde os cafezais se espalharam por municípios fluminenses (Barra Mansa, Vassouras, Barra do Piraí etc.).

E paulistas (Taubaté, Areias, Bananal etc.). Essa região reunia condições naturais excelentes para o cultivo: terras virgens e férteis, chuvas regulares e relevo acidentado, que protegia a planta dos ventos fortes vindos do oceano.

O cultivo de café no Vale do Paraíba seguiu o modelo adotado na agricultura de exportação do Nordeste, baseado na grande propriedade e na mão de obra escrava. Sem investir em inovações técnicas, os fazendeiros procuravam aumentar a produção expandindo os cafezais para novas terras e ampliando o contingente de escravos.

A proximidade do litoral facilitava o escoamento do produto para a Europa e para os Estados Unidos.

Antes da construção das primeiras ferrovias, o café era transportado por tropas de burros e mulas ou em carros de bois até portos intermediários, alguns fluviais, e deles para os portos exportadores, principalmente o do Rio de Janeiro e o de Paraty. Essas tropas percorriam os caminhos entre as áreas produtoras e os portos várias vezes por ano, transportando o café na ida e trazendo produtos como ferramentas, bacalhau e carne-seca na volta.

Outras Atividades Econômicas

O café foi, sem dúvida, o principal produto da economia do país durante o século XIX. No entanto, ele não foi o único. Outros produtos foram importantes para a economia nacional e tiveram destaque no volume de exportações brasileiras no período.

Apesar de perder a predominância, o açúcar continuou sendo um produto importante para as exportações brasileiras. Mesmo com a concorrência do açúcar produzido em Cuba e do açúcar de beterraba da Alemanha, o açúcar brasileiro foi o segundo colocado na balança comercial brasileira durante quase todo o período imperial.

O algodão, cultivado principalmente nas províncias do Maranhão e Pernambuco, chegou a ocupar o segundo lugar na pauta de exportações do Brasil durante a Guerra de Secessão (1861-1865) nos Estados Unidos. Nesse período, em razão da queda na produção norte-americana, o algodão brasileiro passou a suprir grande parte da demanda pela matéria-prima nas indústrias de tecidos inglesas.

A partir da década de 1870, na Amazônia, a extração do látex das seringueiras impulsionou o crescimento econômico da região. A demanda por látex no mercado mundial aumentou com o desenvolvimento da indústria automobilística, na qual o látex era utilizado na fabricação de pneus.

A crescente importância da borracha no período ficou evidente nos números: em 1850, o produto representava 2% das exportações brasileiras; no final do século XIX, esse percentual tinha subido para quase 25%.



Corte de uma bola de látex na região amazônica, 1901-1907. Museu de Etnologia, Genebra.

Que Fatores contribuíram para o fim da Escravidão no Brasil?

Brasil de Raízes Africanas

Se alguém lhe perguntar qual é sua cor ou raça, como você se autodeclararia? Branco? Preto? Pardo? Amarelo? Indígena? No último censo, realizado em 2010, mais da metade da população brasileira se autodeclarou negra (preta ou parda).

Pela primeira vez, desde que o IBGE realizou o primeiro recenseamento, em 1940, a origem africana de mais da metade dos brasileiros foi espontaneamente autorreconhecida, revelando a valorização, pela população negra, de sua identidade e de sua história, que começou no Brasil com a colonização portuguesa.

Estima-se que, entre a segunda metade do século XVI e 1850, cerca de 3,5 milhões de africanos tenham sido capturados e trazidos para o Brasil para trabalhar como escravos. A maior entrada ocorreu na primeira metade do século XIX, justamente o período de expansão da lavoura cafeeira.

Pressões Inglesas pelo fim do Tráfico

A sobrevivência da escravidão africana no Brasil dependeu, desde o início, do contínuo fornecimento de cativos por parte dos traficantes e mercadores de escravos.

Porém, no início do século XIX, a Inglaterra aboliu o tráfico negreiro para as suas colônias e iniciou uma política agressiva pela abolição do tráfico transatlântico.

As razões para a mudança na política inglesa em relação ao tráfico e ao escravismo têm gerado muitas discussões entre os historiadores.

A explicação mais conhecida, defendida principalmente por teóricos marxistas, destaca basicamente os interesses econômicos da Coroa e da burguesia inglesas:

Ao abolir o tráfico em suas colônias, o governo inglês criou condições, para que os colonos investissem os recursos antes aplicados na compra de escravos na aquisição de produtos industrializados ingleses.

O fim do tráfico nas Antilhas inglesas obrigou os proprietários a empregar trabalhadores assalariados nos engenhos de açúcar.

A consequência foi que o açúcar antilhano se tornou mais caro que o brasileiro, que continuou sendo produzido por escravos.

Contraopondo-se a essa visão, estudos recentes têm concluído que a mudança na política inglesa tinha razões culturais e políticas. A campanha abolicionista inglesa era produto de um movimento popular muito forte na Inglaterra, encabeçado pelos quakers, e realizado por meio de petições públicas antiescravistas, artigos na imprensa e pressões sobre o Parlamento.

Extinção do Tráfico de Escravos

Em 1831, foi aprovada uma medida para validar um tratado entre Brasil e Inglaterra pelo fim do tráfico negreiro. Mas traficantes e proprietários ignoraram a lei. O tráfico continuou em ritmo crescente, muitas vezes com a colaboração das autoridades.

As relações entre Inglaterra e Brasil se deterioraram em 1845, quando o Parlamento inglês aprovou o Bill Aberdeen, lei que autorizava a marinha inglesa a apreender os navios negreiros e julgar os responsáveis em tribunais da Inglaterra.

O Bill Aberdeen provocou violentas reações de políticos brasileiros, que consideraram a medida uma violação da soberania nacional. Os ingleses ignoraram as reações brasileiras e reforçaram a fiscalização. Entre 1849 e 1851, cerca de 90 navios foram apreendidos pelos ingleses.

com mais de 60 anos, ficando os libertos obrigados, a título de indenização, a trabalhar para seus antigos donos por três anos. Mesmo os proprietários que inicialmente se colocaram contra a lei perceberam, depois de aprovada, as vantagens que ela lhes trazia. Isso porque a expectativa média de vida de um escravo não chegava aos 40 anos, e os poucos que atingiam os 60 lá chegavam quase improdutivos, tornando-se um “peso” para seus senhores.

Cresce a Campanha Abolicionista

Por volta de 1885, a campanha abolicionista tornou-se mais intensa. Associações e clubes voltavam-se contra a escravidão, fazendo propaganda aberta e levantando fundos para a compra de cartas de alforria. Intelectuais, jornalistas, advogados, profissionais liberais e mesmo fazendeiros aderiam à causa abolicionista.

As fugas de escravos tornaram-se cada vez mais frequentes. Ativistas, entre eles filhos da elite cafeeira, organizavam grupos para ajudar escravos a fugir das fazendas, conduzindo-os a lugares seguros, como a cidade de Santos. Nessa região, escravos fugidos formaram o Quilombo do Jabaquara, que chegou a reunir cerca de 10 mil pessoas.

Muitos proprietários, sem condições de impedir as fugas, tomaram a iniciativa de libertar os escravos em troca de sua permanência na lavoura

por mais alguns anos. Diante dessa situação, em 13 de maio de 1888, a princesa Isabel, que substituíra provisoriamente o pai D. Pedro II no trono, assinou a Lei Áurea, abolindo a escravidão no Brasil.



Fuga de escravos, charge de Angelo Agostini para a Revista Ilustrada, setembro de 1887. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Depois da Abolição

A Abolição não provocou o colapso da produção agrícola, como alardeavam muitos cafeicultores.

Grande parte dos ex-escravos continuou trabalhando para seus ex-senhores, numa situação de dependência semelhante à da escravidão em especial no Nordeste.

No Vale do Paraíba fluminense e paulista, muitos libertos estabeleceram regime de parceria com seus antigos donos, tornaram-se pequenos sitiantes ou ainda tocadores de gado.

Muitos escravos libertos foram buscar trabalho nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro. Em São Paulo, a maior parte dos ex-escravos, sem condições de concorrer com os imigrantes, foi obrigada a aceitar os trabalhos mais pesados e mal remunerados. No Rio de Janeiro, os ex-escravos tiveram mais chances de trabalho nas indústrias.

Se para os escravos a abolição trouxe a tão sonhada liberdade, para a monarquia ela foi a causa da perda de uma importante força de sustentação política. Setores agrários mais dependentes do trabalho escravo, em particular os cafeicultores do Vale do Paraíba, sentiram-se traídos pelo governo, que acabou com a escravidão sem um programa de indenização aos proprietários. Após o dia 13 de maio, a monarquia ficou com dias contados no Brasil.



Cartaz sobre a abolição dos escravos, provavelmente do início do século XX. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

Capítulo 7

Os Imigrantes no Brasil

O sonho de construir a América

Na segunda metade do século XIX, países como Portugal e Espanha passavam por graves dificuldades econômicas.

Nas áreas rurais italianas e alemãs, o desenvolvimento do capitalismo, as secas e as guerras de unificação expulsavam os camponeses de suas terras. Uma das saídas encontradas pelas autoridades para minimizar as tensões sociais foi promover a emigração da população empobrecida para a América.

O sonho de conseguir um bom emprego, de cultivar o próprio pedaço de terra e de assegurar aos filhos um futuro promissor foram os principais motivos que trouxeram quase 4 milhões de imigrantes para o Brasil. De 1850 a 1920, a imigração foi essencialmente de origem europeia; entre 1920 e 1935, os asiáticos predominaram.

O incentivo à colonização europeia refletia a visão de alguns setores das elites brasileiras, influenciada por teorias racistas que eram divulgadas na Europa. De acordo com essa visão, os brancos eram superiores e, por isso, a civilização europeia atingira um grande progresso. Consequentemente, com a vinda de imigrantes europeus para o Brasil, haveria um “branqueamento” do país, que poderia finalmente se desenvolver.

Em geral, as primeiras tentativas de colonização fracassaram: as terras cedidas aos colonos eram pobres e distantes dos mercados consumidores. Com exceção de alguns núcleos de colonização no Sul do país, a maior parte das terras foi abandonada pelos colonos.

Política de Imigração

Em São Paulo, o pioneiro na experiência com o trabalho imigrante foi o senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, um rico fazendeiro de café do Oeste Paulista.

Em 1846, cerca de 364 famílias suíças e alemãs foram levadas para trabalhar nas lavouras de café da Fazenda Ibicaba, no município de Limeira, de propriedade do senador. A iniciativa de Vergueiro logo foi repetida por outros fazendeiros da região.

Os imigrantes eram contratados sob o sistema de parceria. Tinham a viagem paga pelo fazendeiro, que também assumia as despesas de manutenção da família até a primeira colheita de café. Após a venda do café, o colono entregava ao proprietário metade da produção dos seus pés de café mais o correspondente a 6% de juros sobre as dívidas contraídas desde a viagem.

O sistema de parceria, porém, não tardou a enfrentar problemas. Os colonos tinham graves reclamações: os fazendeiros reservavam para si as melhores terras, que eram cultivadas pelos escravos. Os imigrantes ficavam com os cafeeiros mais improdutivos. Além disso, estavam sempre endividados, pois eram obrigados a comprar mantimentos no armazém da fazenda, onde eram mais caros.

Descontentes, os colonos chegaram a promover revoltas em algumas fazendas. O sistema mostrava suas limitações e a dificuldade dos cafeicultores, acostumados à ordem escravocrata, de administrar a mão de obra livre. Gradualmente, as colônias foram desagregadas e o sistema de parceria chegou ao fim.

Em 1871, foi criado um novo programa de imigração destinado, principalmente, à província de São Paulo. Com o novo sistema de colonato, os imigrantes agora recebiam salário e podiam cultivar alimentos, como feijão, milho e hortaliças, e vender o excedente dessa produção.

O governo, por sua vez, ficava encarregado de divulgar a imigração nos países da Europa e de pagar o transporte do imigrante e de sua família até o Brasil.

O programa ficou conhecido como imigração subvencionada e inaugurou o período mais ativo da imigração europeia para o Brasil.



Imigrantes italianos trabalham na colheita de café em fazenda do interior de São Paulo, 1930. Museu da Imigração do Estado de São Paulo, São Paulo.

Capítulo 8

A Expansão dos Estados Unidos no Século XIX

Rumo à Expansão

Após a independência dos Estados Unidos, as treze colônias originais se tornaram estados, novos territórios foram incorporados, e a área ocupada pelo novo país cresceu onze vezes, passando de 835 mil km² para 9,3 milhões km² (veja o mapa da página seguinte).

A Louisiana e a Flórida foram compradas da França e da Espanha em 1803 e 1819, respectivamente. A Flórida representava um ótimo acesso ao Oceano Atlântico e ao Caribe, facilitando a circulação de mercadorias até os portos. O Óregon foi cedido pela Grã Bretanha em 1845.

No mesmo ano, a intenção de incorporar o Texas levou os Estados Unidos a uma guerra contra o México. Vitoriosos, os Estados Unidos anexaram a região e os atuais estados da Califórnia, Arizona, Novo México, Oklahoma, Colorado, Idaho e parte de Utah.

Mas não foi apenas o território norte americano que se expandiu. De 1780 a 1850, a população dos Estados Unidos cresceu consideravelmente: passou de 5 milhões para 23 milhões de pessoas! Esse crescimento ocorreu devido, principalmente, à imigração de europeus, vindos, sobretudo, da Inglaterra e da Irlanda.

A expansão dos Estados Unidos foi tão rápida quanto violenta e deixou dois saldos opostos. De um lado, representou o nascimento da nação que se tornaria a maior potência mundial no século XX. De outro, provocou a dizimação da maioria dos indígenas que viviam nas regiões anexadas ao Estado norte americano.

América para os Norte-Americanos

Você se lembra que, após a derrota de Napoleão Bonaparte, Áustria, Prússia e Rússia formaram a Santa Aliança a fim de combater as manifestações liberais e os movimentos emancipacionistas que pudessem surgir em qualquer parte do mundo? A Restauração conservadora que tomou conta da Europa após 1815 ameaçava os interesses econômicos e a autonomia dos Estados Unidos, que haviam conquistado sua independência sob o lema liberal e republicano e queriam comercializar com toda a América.

Com o objetivo de impedir a intervenção europeia no continente americano, em 1823, o então presidente norte-americano James Monroe elaborou a Doutrina Monroe, que estabelecia o compromisso de os Estados Unidos não interferirem nas questões europeias desde que a Europa não interferisse na América. Naquele momento, a Doutrina Monroe representava uma

política defensiva dos Estados Unidos diante da ameaça da recolonização.

Mais tarde, porém, a bandeira que resumia as ideias da Doutrina Monroe, a "América para os americanos", foi desvirtuada e usada para justificar a expansão norte-americana. O marco dessa mudança na política externa do país foi a publicação, em 1845, de um artigo relacionado à anexação do Texas pelos Estados Unidos, assinado pelo jornalista John O'Sullivan, segundo o qual os estadunidenses tinham a missão divina de levar a "civilização" aos povos considerados "bárbaros e inferiores".

O'Sullivan utilizou o termo Destino Manifesto para definir essa ideia. De acordo com ela, os norte-americanos seriam o povo eleito por Deus para expandir seu poder em direção às terras do oeste e a outras regiões da América. A doutrina do Destino Manifesto foi largamente empregada pelos meios de comunicação dos Estados Unidos no século XIX e até hoje está presente no imaginário de muitos norte-americanos.

Formação de um País

Para garantir a ocupação do oeste, em 1862 o Congresso dos Estados Unidos promulgou o *Homestead Act*, a Lei de Terras. Por meio dela, o governo concedia um lote de terra para qualquer família ou indivíduo maior de 21 anos que estivesse disposto a migrar para o oeste e que se comprometesse a cultivar as terras recebidas no prazo de cinco anos. Com a chegada constante de imigrantes, essa lei favoreceu o desenvolvimento de um amplo mercado interno na região.

Devido às características econômicas e sociais, três regiões diferenciadas se formaram nos Estados Unidos, reafirmando alguns aspectos que já existiam desde o período colonial. O norte definiu-se como um grande centro urbano e industrial, enquanto o sul firmou-se como uma economia agroexportadora e escravista. O oeste, por sua vez, emergia como uma área de pequenos agricultores e criadores independentes.

A expansão também contribuiu para a construção da identidade do povo norte americano. Em um país jovem e composto por imigrantes de várias origens e religiões, a ideia de que a conquista do oeste era uma epopeia nacional ajudava a unificar todos os habitantes do território e a fazer com que se sentissem "norte americanos".

Manter ou não a Escravidão?

Até meados do século XVIII, o arroz e o tabaco dominavam a agricultura do sul dos Estados Unidos. Com o surgimento de fábricas têxteis na Inglaterra, a produção de algodão foi estimulada e os norte-americanos passaram a exportar esse

produto para alimentar as indústrias inglesas. No início do século XIX, as plantações de algodão já eram hegemônicas na paisagem sulista. A grande demanda pela matéria-prima exigia o uso de muita mão de obra, composta basicamente de escravos africanos.

Mesmo com a proibição do tráfico negreiro nos Estados Unidos, em 1808, as fazendas sulistas continuaram a ser abastecidas pelo tráfico ilegal de escravos africanos. Em 1860, a população escrava representava um terço da população do sul, com quase 4 milhões de cativos.

Na segunda metade do século XIX, no entanto, a manutenção da escravidão nos Estados Unidos gerava grande polêmica e dividia o país. Os estados do sul, obviamente, eram a favor de manter a escravidão. Porém, os estados do norte, com uma indústria em franca expansão e a produção rural organizada em pequenas propriedades, defendiam o trabalho livre e assalariado. Apesar dessas diferenças, tanto no sul quanto no norte prevalecia a ideia de superioridade do homem branco.

Caminho da Guerra Civil

A questão escravista dominou as discussões sobre a integração das novas terras do oeste norte americano e foi um dos principais motivos para a eclosão de uma guerra civil nos Estados Unidos.

Os fazendeiros do sul pretendiam expandir suas grandes propriedades em direção ao oeste com o emprego de mão de obra escrava. Os estados do norte, ao contrário, queriam impedir o avanço da escravidão e desejavam que nessas novas terras a pequena propriedade familiar fosse predominante. No entanto, decretar o fim do trabalho cativo interferiria no direito de os estados do sul governarem a si próprios.

Como os sulistas, representados pelo Partido Democrata, dominavam o governo e o legislativo federal, em 1854 aprovaram no Congresso a Lei Kansas Nebraska. Essa lei definia que a legalidade da escravidão nos territórios federais deveria ser decidida pelos próprios colonos de cada região por meio do voto. Os setores abolicionistas reagiram à lei, considerada escravagista, fundando o Partido Republicano.

Para agravar a discussão, o norte, interessado em estimular sua crescente indústria, defendia o aumento nas tarifas alfandegárias para se proteger da concorrência dos produtos importados e criar um poderoso mercado interno. O sul, por sua vez, queria manter as tarifas de importação baixas para adquirir produtos estrangeiros mais baratos.

O ápice da crise entre as duas regiões veio com as eleições de 1860, quando o nortista Abraham Lincoln foi eleito presidente do país. Apesar de ser

antiescravista, Lincoln não era um abolicionista declarado. Republicano moderado, ele propunha manter a escravidão nos estados em que ela já era praticada e, ao mesmo tempo, prometia combater qualquer movimento separatista, projeto cada vez mais alimentado pela elite sulista.

O discurso ambíguo de Lincoln deixou o sul ainda mais insatisfeito. Em resposta, o estado da Carolina do Sul decidiu separar-se dos Estados Unidos. Dez estados seguiram o exemplo e formaram os Estados Confederados da América. O presidente escolhido foi Jefferson Davis.

População escrava nos Estados Unidos (1790-1860)	
1790	697.897
1800	893.041
1810	1.191.354
1820	1.538.125
1830	2.009.043
1840	2.487.455
1850	3.204.313
1860	3.953.760

“Casa Dividida”

A formação dos Estados Confederados da América foi o estopim para a eclosão da Guerra Civil Americana ou Guerra de Secessão (1861-1865). O conflito colocou em lados opostos o exército da União, representado pelos estados do norte e vários estados do oeste, e o exército confederado. Apesar de o sul contar com militares experientes, o norte tinha muitas outras vantagens. Além do número superior de soldados, o exército da União possuía recursos de comunicação mais sofisticados e, sobretudo, um desenvolvimento industrial que lhe permitiu estar sempre bem armado e abastecido.

Além disso, a liderança política do presidente Lincoln também foi muito importante para o desfecho do conflito. Durante a guerra, ele proibiu a entrada de mercadorias de primeira necessidade nos estados do sul, obrigando muitos soldados confederados a desertarem, e decretou a Lei do Confisco, que autorizava a apreensão de todos os bens dos confederados, incluindo os escravos, que caíssem em mãos da União.

Aos olhos dos escravos, essas medidas tornaram-se uma grande oportunidade para conquistar a liberdade. Dessa forma, quando o exército da União invadia uma área sulista, muitos cativos promoviam fugas coletivas.

Nesse contexto, Lincoln viu a oportunidade para vencer a guerra. Diante da pressão de setores abolicionistas e com o objetivo de ganhar popularidade, Lincoln decretou o fim da escravidão em todos os estados em janeiro de 1863. Enfraquecido e sem recursos, o sul finalmente se rendeu dois anos depois.

“O dia em que a liberdade chegou, eu estava pescando com papai. [...] Papai pulou pra cima, [...] segurou a minha mão e saiu correndo para casa. ‘É a vitória’, ele não parava de repetir. ‘É a liberdade. Agora nós seremos livres!’ Eu não entendia o que tudo aquilo significava.”

Segregação Racial

A abolição da escravidão e a vitória da União, antiescravista, na Guerra Civil Americana não garantiram aos negros do país a conquista da cidadania.

Os ex-escravos dependiam do acesso à educação, da aquisição de terras e do direito ao voto para conseguir atuar como cidadãos. Porém, os democratas, muito fortes no sul, lutavam contra esses direitos; e os republicanos moderados, que estavam no governo do país, não esperavam nada além da garantia de liberdade. Somente os republicanos radicais eram a favor da integração dos ex-escravos como cidadãos. Mesmo assim, prevalecia em todo o país a ideia de que a “raça negra” era inferior.

Nesse cenário, os negros continuaram marginalizados na sociedade norte americana. Os Estados Unidos, especialmente o sul do país, tornaram-se cada vez mais segregacionistas. Negros e brancos não podiam conviver em espaços públicos, a não ser no trabalho.

A política de segregação chegou ao extremo na década de 1870, quando alguns estados da federação aprovaram as Leis Jim Crow. Elas se baseavam no princípio de que negros e brancos eram iguais, porém deviam viver separados. Essas leis proibiam, por exemplo, que negros e brancos frequentassem os mesmos restaurantes, estações de trem, escolas, barbearias e banheiros. Elas só foram revogadas na década de 1960.

Sul em Chamas – a Ku Klux Klan

Um exemplo da intolerância racial nos Estados Unidos foi a fundação, em dezembro de 1865, da Ku Klux Klan (KKK), associação secreta criada por veteranos do exército confederado insatisfeitos com os rumos do país e, principalmente, com o fim da escravidão.

Organização racista e terrorista, a KKK pregava a supremacia branca e colocava-se como a defensora dos bons costumes, da moral cristã e da ordem social e “natural”. Seus membros promoviam uma

série de atentados contra a população negra, além de atacar judeus, chineses, brancos que apoiavam os direitos dos negros e outros grupos considerados inferiores pela organização. As principais formas de violência utilizadas pela KKK eram os linchamentos, as invasões de propriedades e os assassinatos.

Os membros da organização ficaram caracterizados pelo uso de capuzes e mantos brancos. Além de esconder a identidade da pessoa, essas vestimentas serviam para representar os espíritos dos confederados mortos durante a Guerra de Secessão. Estima-se que o grupo tenha feito mais de 20 mil vítimas apenas entre 1867 e 1871.

Mesmo colocada na ilegalidade, em 1871, a KKK continuou crescendo no país até a Segunda Guerra Mundial, com a conivência de muitas autoridades e empresários.



Membros da Ku Klux Klan carregam a bandeira dos Estados Unidos e uma cruz em chamas, 1920.

Crescimento Econômico Norte-Americano

A vitória da União na Guerra Civil Americana permitiu consolidar nos Estados Unidos o modelo econômico liberal defendido pela burguesia industrial, financeira e comercial do norte do país. Várias pequenas fábricas de carvão e aço passaram a ocupar cada vez mais o espaço da antiga economia agrícola e artesanal.

No campo, a mecanização da agricultura resultou no aumento exponencial das áreas de cultivo e da produtividade. O desenvolvimento da pecuária nas planícies do oeste, feito à custa do extermínio dos nativos, transformou a região em um imenso curral. A construção de grandes extensões de ferrovias, que ligavam diversas regiões portuárias ao interior do país e facilitavam o transporte de matérias-primas, pessoas e mercadorias, foi essencial para a expansão econômica norte-americana.

A construção de ferrovias transcontinentais foi uma marca do otimismo tecnológico e modernizador do período e revelava a mentalidade e o orgulho dos norte-americanos em ocupar o vasto território do país e em criar meios para explorar os seus recursos naturais.

A modernização do país também se estendeu aos meios de comunicação, com o aperfeiçoamento do telefone e a criação da máquina de escrever, por exemplo. Em 1900, a força da economia norte-americana despontava em vários setores. Além de possuir a maior malha ferroviária, os Estados Unidos já ocupavam o primeiro lugar na produção mundial de aço.

“Terra da Liberdade e das Oportunidades”

O desenvolvimento econômico dos Estados Unidos e a política do governo norte-americano de concessão de terras para a ocupação do oeste atraíram muitos imigrantes para o país a partir da segunda metade do século XIX. A maioria deles eram ingleses, irlandeses, alemães, canadenses, chineses e mexicanos. Esses imigrantes partiram para os Estados Unidos devido a diversos fatores; no caso dos europeus, que constituíram a maioria deles, a razão principal foi o processo de modernização capitalista nos campos, que criou uma massa de camponeses sem terra e sem trabalho nas cidades industriais.

Nos Estados Unidos, porém, os imigrantes assumiram os trabalhos mais árduos, geralmente como pequenos agricultores ou trabalhadores braçais nas ferrovias, na construção civil e nas indústrias, onde recebiam péssimos salários. Apenas alguns grupos, como os alemães e os judeus, conseguiram prosperar mais rapidamente. Isso contribuiu para aumentar as desigualdades sociais no país.

Outro obstáculo à integração socioeconômica de muitos imigrantes era o preconceito, principalmente contra os católicos e os não europeus. Prova disso é que, em 1882, o Congresso dos Estados Unidos aprovou a Lei de Exclusão Chinesa, que proibiu a entrada de chineses no país por dez anos.

Urbanização Acelerada

Com a acelerada industrialização e a chegada maciça de imigrantes, algumas regiões dos Estados Unidos tiveram um grande desenvolvimento urbano, que se concentrou na área dos Grandes Lagos, na costa do Pacífico e no nordeste do país. Um exemplo desse crescimento foi a cidade de Nova York.



Imigrantes desembarcam na Ilha Ellis, em Nova York, c. 1900. A Ilha Ellis foi a principal porta de entrada de imigrantes nos Estados Unidos entre o final do século XIX e meados do século XX.

A população urbana dos Estados Unidos saltou de 15%, em 1850, para 40%, em 1900; ou seja, no final do século XIX, dos 75 milhões de habitantes no país, 30 milhões viviam nas cidades. A expansão urbana no país, somada à consolidação de um sistema ferroviário ligando as costas leste e oeste, foi fundamental para a formação de um mercado interno e para o surgimento de uma classe média numerosa, ávida por adquirir bens e orgulhosa das conquistas materiais garantidas pela prosperidade norte-americana.

Ao mesmo tempo que os Estados Unidos despontavam como uma das maiores economias capitalistas do mundo, uma mentalidade que valorizava o individualismo competitivo se consolidava no país. A crença nos Estados Unidos como a “terra da liberdade e das oportunidades” se associava à ideologia do Destino Manifesto. Segundo o próprio presidente norte-americano Willian Howard Taft, num discurso de 1912, “Todo o hemisfério ocidental será nosso, de fato, como em virtude de nossa superioridade racial já é nosso moralmente”.

Capítulo 8

A Expansão da América Portuguesa



Trabalhador ordenha vaca em propriedade rural do município de Custódia, no sertão de Pernambuco, 2013. Trazido ao Brasil pelos portugueses, por volta de 1530, o gado bovino se espalhou por diversas regiões da colônia e hoje está presente em praticamente todo o país.

Início da Pecuária

Você sabia que o Brasil é o maior exportador de carne bovina do mundo? Segundo o Ministério da Agricultura, a carne do boi brasileiro é vendida para mais de 180 países. Além da carne, o gado fornece leite, que pode ser consumido in natura ou na forma de seus derivados, como queijos e iogurtes. O couro é usado na produção de roupas, calçados, gelatina e nas indústrias farmacêutica e fotográfica. Dos ossos se fabricam farinhas, sabão, ração para animais, entre outros produtos.

Mas nem sempre a pecuária teve papel de destaque na economia do Brasil. Quando os portugueses começaram a explorar as terras americanas, no início do século XVI, o interesse deles estava voltado para a exploração do pau-brasil. Pouco depois, a agricultura da cana-de-açúcar tornou-se a principal atividade econômica da América portuguesa, ocupando as terras férteis do litoral.

Inicialmente, o gado era criado junto aos engenhos de açúcar. Além de fornecer carne e couro para os colonos, os bois eram utilizados no transporte de pessoas e mercadorias e como força motriz para as moendas. No entanto, a Coroa portuguesa, preocupada com o avanço do gado nas terras destinadas à grande lavoura de exportação, proibiu a criação de bovinos no litoral, obrigando os criadores a avançar para o interior.

Pecuária no Nordeste

Partindo do litoral, o gado adentrou o sertão e espalhou-se pela região do Rio São Francisco. As criações se expandiram até às terras dos atuais estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão. O gado era criado de maneira extensiva, ou seja, solto em grandes extensões de terra. Os cuidados com o rebanho se limitavam ao tratamento de feridas e à defesa contra animais selvagens. Esse trabalho era realizado principalmente por homens livres remunerados

(índios, mestiços e escravos libertos) e, em menor escala, por escravos.

Em meados do século XVIII, as criações de gado do sertão nordestino tornaram-se responsáveis pelo abastecimento do litoral, desde o Maranhão até a Bahia. Os rebanhos percorriam longas distâncias das fazendas até as feiras, onde eram comercializados. Ao final da longa caminhada por áreas com escassez de água e comida, o gado magro fornecia pouca carne e de má qualidade.

Pecuária no Sul da Colônia

Até o século XVII, o Sul da colônia era uma região habitada por povos indígenas e onde os limites entre a América portuguesa e a espanhola eram mal definidos. Nessa região, assim como no Nordeste, o gado criado solto ocupava grandes extensões de terra. Aos poucos, a pecuária sulina foi se organizando no interior das estâncias.

Inicialmente, a criação de bois estava voltada principalmente para a produção de couro. No final do século XVIII se desenvolveu a produção de charque, carne salgada seca ao sol. O charque gaúcho abastecia desde os centros açucareiros do Nordeste até a região das minas.

No Sul também se desenvolveu a criação de cavalos e mulas. Os animais eram utilizados para o transporte de pessoas e mercadorias e comercializados com outras regiões da colônia. Assim, a criação de animais possibilitou consolidar um próspero mercado e fixar pessoas no sul da América Portuguesa.

Produção de Bovinos Hoje

De atividade econômica secundária no período colonial, a pecuária tornou-se um dos investimentos mais atrativos do século XXI.

Segundo a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec), o Brasil lidera o ranking mundial de exportação de carne bovina desde 2004.

Para atender ao crescente aumento da demanda do produto e às exigências sanitárias do mercado internacional, nos últimos anos foram desenvolvidos produtos e técnicas para melhorar o manejo dos bois e a qualidade do gado bovino produzido no Brasil.

Atualmente, os animais criados para a exportação são monitorados por meio do uso de chips eletrônicos. Esses dispositivos, colocados nas orelhas dos bois, armazenam informações como as vacinas ou os suplementos fornecidos aos animais.

Além de usarem novas tecnologias para o acompanhamento dos rebanhos, os grandes produtores também promovem o melhoramento genético de seus animais.

Impactos Ambientais da Pecuária

No Brasil predomina a pecuária extensiva. A cada ano, a área destinada às pastagens cresce no país. No entanto, a atividade causa alguns impactos que preocupam especialistas em meio ambiente no mundo todo.

O avanço da pecuária acarreta o desmatamento e compromete a biodiversidade de áreas florestais. O pisoteio dos animais causa o assoreamento das margens de rios e córregos, o que compromete o equilíbrio do regime de cheias, a navegabilidade dos rios e a qualidade das águas.

Além disso, estima-se que a atividade pecuária seja responsável, direta ou indiretamente, pela emissão de cerca de 9% dos gases causadores do efeito estufa. O desmatamento para a criação de pastos, os gases liberados com a digestão dos alimentos consumidos pelo gado e o esterco produzido pelos rebanhos seriam os principais fatores que agravariam o problema.



Aquecimento: acordo difícil, charge de Amarildo, de 2009, sobre a contribuição do gado para o aquecimento global.

Jesuítas na América Portuguesa

Em 2013, os cardeais católicos reunidos no Vaticano elegeram um papa argentino e jesuíta. Você sabia que a ordem religiosa dos jesuítas tem mais de 450 anos? Que ela também foi um importante instrumento para a expansão do Império Português e da Igreja Católica no Novo Mundo?

A Companhia de Jesus, criada em 1534 por um grupo de estudantes liderado por Inácio de Loyola, obteve reconhecimento oficial do papa apenas em 1540. Desde então, os jesuítas estiveram engajados no projeto colonizador português, desenvolvendo ação missionária com as populações nativas da Ásia, África e América.

Liderados pelo padre Manuel da Nóbrega, os primeiros jesuítas chegaram à América portuguesa em 1549 com a comitiva de Tomé de Sousa, governador-geral do Brasil. Eles estavam encarregados de catequizar as populações indígenas e os filhos dos colonizadores.

Os jesuítas estabeleceram-se, inicialmente, no litoral da Bahia, em São Vicente e no Rio de Janeiro. Nessas regiões, fundaram colégios que eram mantidos com os recursos da Coroa e tinham como principais objetivos a educação dos colonos e a formação de novos padres.

Para converter os gentios ao catolicismo, os jesuítas iniciaram, em várias partes da colônia, a organização de aldeamentos autossuficientes chamados missões ou reduções. Nas missões, os jesuítas trabalhavam para que os indígenas adotassem o modo de vida cristão e deixassem de lado a nudez, o politeísmo, as práticas poligâmicas, enfim, seus costumes ancestrais.



Qual é a sátira presente nessa charge?

Os Aldeamentos Jesuítas

Os jesuítas expandiram as missões para o sertão, atingindo, no norte da colônia, os atuais estados do Ceará, Pará e Maranhão. Na região dos rios Paraguai, Paraná e Uruguai (conhecida como Bacia do Prata) e ao longo do Rio Amazonas foram estabelecidos muitos aldeamentos, que reuniam, em alguns casos, milhares de indígenas.

Nas missões, os índios eram submetidos a uma rígida disciplina de oração e trabalho. Eles praticavam o artesanato, a agricultura, a caça, a pecuária e a coleta. Nas missões situadas na Região Amazônica, os nativos também exploravam as drogas do sertão.

Além disso, nas oficinas dos aldeamentos, os índios fabricavam instrumentos musicais, adornos e esculturas para as residências e as igrejas. Eles também aprenderam a técnica da metalurgia e produziam artefatos de metal, como anzóis, facas e outros instrumentos.

Impacto para os Indígenas

A colonização portuguesa e a ação missionária dos jesuítas causaram muitos impactos aos povos indígenas do Brasil. Muitos nativos buscaram exercer algum tipo de resistência à nova realidade que alterava o seu modo de vida e negava suas tradições.

Um exemplo disso foi o movimento Santidade do Jaguaripe, ocorrido na Bahia no final do século XVI,

liderado por um pajé tupinambá batizado com o nome de Antônio. O pajé, apropriando-se do cristianismo, criou uma nova cerimônia religiosa que revigorou a mitologia tupinambá. Ele dizia ser o verdadeiro “papa”, esposo da Virgem Maria e reencarnação de Tamandaré, um ancestral tupinambá. Além disso, em seus rituais, permitia beber cauim, dançar e cantar. Porém, depois de seis meses o movimento foi desmantelado pela Coroa Portuguesa.



Ilustração de Theodore de Bry, de 1562, representando indígenas Tupinambá e guerreiros inimigos capturados em guerra bebendo cauim em ritual antropofágico. Centro de Arquivos do Ministério da Defesa, França.

Os aldeamentos jesuítas, por outro lado, serviam de proteção aos indígenas contra os exploradores interessados em escravizá-los. Porém, a permanência dos indígenas nas missões trazia outro sério risco: o contato com doenças trazidas pelos europeus e desconhecidas na América. Nas missões, que concentravam nativos de várias aldeias, o risco de contágio era maior. Na Bahia, em 1562-1563, cerca de 30 mil indígenas aldeados morreram vítimas da varíola.

Educação Jesuítica no Brasil Colônia

A Companhia de Jesus utilizou o ensino como obra missionária de “salvação das almas”. Em 1551, Inácio de Loyola, em uma carta endereçada a toda a Companhia, recomendou a criação de colégios nos locais onde os jesuítas estivessem estabelecidos. A partir de então, as escolas elementares e os colégios se difundiram pela colônia.

Os primeiros colégios jesuítas eram muito simples, geralmente pequenas construções de taipa. Eles eram frequentados principalmente por filhos de colonos e, em menor escala, por indígenas e órfãos.

O ensino nos colégios jesuítas procurava seguir o mesmo padrão das escolas de Portugal. Os padres priorizavam a formação humanista, que abrangia conhecimentos na área de gramática, retórica, música e poesia. Também eram oferecidos estudos de ciências, exercícios físicos e aulas de comportamento social. O principal objetivo,

segundo o regulamento de um seminário na Bahia, era formar bons cristãos.

Os padres ensinavam durante dez horas por dia: cinco horas no período da manhã e mais cinco à tarde. As lições eram dadas em latim. Aos sábados, os alunos participavam das sabatinas, isto é, uma avaliação do que foi aprendido ao longo da semana.

Já a educação indígena era realizada dentro das próprias missões. Como você estudou, para possibilitar a catequese dos índios, os jesuítas realizavam encenações, aprendiam várias línguas nativas e elaboravam dicionários e gramáticas nesses idiomas. José de Anchieta, por exemplo, elaborou a primeira gramática da língua tupi. Com esse esforço, foi possível preservar o patrimônio linguístico tupi.



Crianças do povo Guarani Mbyá em aula de Língua Portuguesa em escola da Terra Indígena Guarani Tenondé Porã. São Paulo (SP), 2012.

Atualmente, como determina a Constituição Federal de 1988, o Estado tem estabelecido uma política educacional diferenciada para os indígenas. Nas escolas de cada comunidade, por meio do ensino bilíngue, as crianças estudam as disciplinas tradicionais de uma escola não indígena, porém com um currículo específico, de acordo com a cultura, os valores e a história do seu povo.

Na Terra Indígena Guarani Tenondé Porã, por exemplo, situada no bairro de Parelheiros, na cidade de São Paulo, há duas escolas indígenas: uma municipal, que atende crianças de 0 a 6 anos, e outra estadual, que oferece o Ensino Fundamental e o Médio.

Na escola, os alunos têm aulas de Guarani e de Língua Portuguesa e aprendem os conhecimentos universais das disciplinas conciliados com conteúdos e práticas que valorizam e fortalecem a identidade cultural dos povos Guarani.

Expandindo as Fronteiras

Além da pecuária e das missões jesuíticas, o movimento das bandeiras e das monções também cumpriu importante papel na expansão das fronteiras e na ocupação do interior da América portuguesa. Você já ouviu falar dessas expedições?

Muitas cidades do nosso país, como Sumidouro e Sabará (MG), Cuiabá (MT) e Camapuã (MS), surgiram a partir das bandeiras e monções. Essas expedições partiam da vila de São Paulo em direção ao interior da colônia através de longas trilhas abertas pelos Guarani e de rios navegáveis, como o Tietê.

Você provavelmente estudou, no ano anterior, a economia e a sociedade do Nordeste açucareiro dos séculos XVI e XVII; agora verá alguns aspectos da economia paulista do mesmo período.

No início do século XVII, as principais atividades desenvolvidas na vila de São Paulo eram a criação de animais e a agricultura voltada para o mercado interno. Os paulistas cultivavam trigo (principal produto), cana, milho, algodão, feijão e mandioca. O trabalho era quase todo executado por escravos indígenas.

Para suprir a constante falta de mão de obra nas lavouras, os paulistas começaram a organizar expedições rumo ao interior da colônia a fim de capturar indígenas para serem comercializados como escravos. Também buscavam metais e pedras preciosas; mas, até o final do século XVII, a captura de indígenas foi o interesse central dos paulistas.

As bandeiras de apresamento, como ficaram conhecidas, eram organizadas e financiadas principalmente por particulares, mas algumas também obtiveram recursos da Coroa Portuguesa.



O caçador de escravos, pintura de Jean-Baptiste Debret, século XIX. Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand, São Paulo.

Movimento das Monções

Quando as viagens dos bandeirantes, realizadas principalmente a pé, começaram a entrar em declínio, no início do século XVIII, exploradores paulistas iniciaram as viagens por caminhos fluviais. A palavra "monção", de origem árabe, que significa vento ou época do ano favorável à navegação, foi utilizada para nomear essas viagens porque as cheias ou as vazantes dos rios definiam a melhor época para elas acontecerem.

As monções podiam ser organizadas com fins comerciais, científicos, exploratórios ou militares, mas todas elas tinham em comum o fato de

utilizarem as bacias dos rios Paraná e Paraguai para atingir os sertões. As expedições partiam de Ararituaba (hoje o município paulista de Porto Feliz) e, em canoas, desciam pelo Rio Tietê até atingir o Rio Paraná. De lá, navegando por vários rios, ribeirões e canais, atingiam o Rio Cuiabá, terminando a viagem na Vila do Bom Jesus do Cuiabá (atual Cuiabá, capital do Mato Grosso).

A viagem, sem grandes contratempos, levava entre 25 e 30 dias de navegação para fazer o percurso completo. O tempo de viagem, porém, dependia do objetivo da monção. Uma monção científica, por exemplo, como foi o caso da Expedição Langsdorff, organizada pelo governo russo, levou seis meses para fazer o trajeto entre Ararituaba e a vila de Cuiabá.

As frotas, no período de auge das minas de Mato Grosso, chegavam a reunir entre 300 e 400 canoas. Elas levavam mantimentos, artigos de luxo, armas e munições, tecidos, instrumentos agrícolas e escravos africanos para serem vendidos em pequenos núcleos urbanos, nos povoados e nas vilas do interior. Na viagem de volta, as embarcações traziam principalmente ouro e peles.

Vários comboios inteiros ou parte deles, porém, não retornaram; outros nem chegaram a Cuiabá. Canoas se despedaçaram nas cachoeiras, e seus tripulantes morreram afogados, de fome ou vítimas de doenças. Muitas embarcações também eram atacadas por grupos indígenas, conforme relatos deixados por sobreviventes.

Ao penetrar no sertão em busca de riquezas ou para abastecer os colonos, as monções, assim como as bandeiras, contribuíram para o surgimento de pousadas ao longo do caminho, locais que serviam para o descanso e o abastecimento dos exploradores paulistas.

Assimilação de Conhecimentos Indígenas

Os exploradores paulistas, das bandeiras ou das monções, garantiram sua sobrevivência colocando em prática alguns conhecimentos indígenas. Aprenderam com os índios os caminhos e particularidades das matas brasileiras e a reconhecer a aproximação de animais perigosos. A experiência dos nativos também foi usada para localizar água potável e aproveitar o líquido extraído de plantas suculentas, como o umbuzeiro e os cipós.

Além disso, nas guerras e caçadas promovidas no sertão, os paulistas fizeram uso do arco e da flecha indígenas, muitas vezes mais eficientes que os arcabuzes e as escopetas europeias, que enferrujavam com a umidade e eram de difícil manejo e transporte.

Desenhos feitos por indígenas do curso completo de alguns rios e de seus afluentes serviram de orientação para expedições científicas estrangeiras, revelando grande habilidade cartográfica e um conhecimento minucioso da topografia local.

Nas expedições fluviais (monções), os paulistas assimilaram a técnica indígena de construir canoas com o tronco de uma única árvore, geralmente peroba ou ximbaúva, mais duráveis e resistentes.

Também adotaram o sistema indígena de navegação, em que um dos tripulantes remava sempre de pé, tradição comum praticamente em toda a América pré-colombiana.

A dieta indígena também foi assimilada pelos colonos paulistas. O consumo de milho foi muito importante, principalmente dos grãos já maduros. Com eles se obtinha a farinha de milho, base para o preparo de biscoitos e bolos, entre outros pratos.

Crise Econômica no Império Português

Durante o século XVII, a América portuguesa se expandiu para além das fronteiras estabelecidas pelo Tratado de Tordesilhas (1494). A ampliação dos domínios portugueses na América não significou, porém, o crescimento da economia portuguesa, que se tornou cada vez mais dependente de sua colônia americana. No mesmo período, uma grave crise econômica atingiu os países europeus, e foi mais profunda ainda em Portugal. O reino português era prejudicado pela queda nos preços do açúcar e do fumo, pelo déficit de sua balança comercial e pela falta de trabalhadores qualificados, como construtores de navios e artesãos.

A crise que atingia Portugal estava diretamente relacionada com a União Ibérica (1580-1640). Lembre-se de que, nesse período, Inglaterra e Holanda, inimigas da Espanha, atacaram muitas colônias portuguesas. Áreas importantes do império colonial lusitano foram perdidas, e o que foi mantido já não proporcionava os mesmos lucros do passado. Além disso, os holandeses passaram a investir na produção de açúcar nas Antilhas, o que causou a queda do preço do açúcar produzido no Brasil.

Para agravar a situação, entre 1642 e 1661, Portugal foi pressionado a assinar com a Inglaterra tratados que concediam a este país vantagens comerciais e subordinavam a Coroa portuguesa à tutela britânica. Os navios ingleses foram autorizados, a partir de então, a negociar nas colônias lusitanas, competindo diretamente com os comerciantes portugueses.



Gravura do século XVII representando escravos africanos trabalhando em engenho de açúcar nas Antilhas holandesas. Expulsos do Brasil em 1654, os holandeses impulsionaram sua agroindústria açucareira nas Antilhas.

Aumento do Controle Metropolitano

Para garantir os lucros com o comércio de seus principais produtos agrícolas, a Coroa portuguesa promoveu uma série de reformas administrativas e reorganizou a exploração comercial na América. Assim, reforçou o monopólio metropolitano, o que afetou diretamente os colonos.

Em 1642, foi criado o Conselho Ultramarino, órgão encarregado de ampliar o controle sobre os domínios coloniais. Com isso, produtos que antes eram comercializados livremente, como o tabaco, passaram a ser monopólio da Coroa.

Outras instituições criadas por Portugal foram a Companhia Geral de Comércio do Brasil (1649), que obteve o monopólio do comércio, principalmente do vinho, do azeite, da farinha e do bacalhau, da região entre o Rio Grande do Norte e o Sul da colônia; e a Companhia de Comércio do Estado do Maranhão (1682), encarregada de abastecer os proprietários do Maranhão com escravos africanos. A companhia também tinha o monopólio de alguns produtos comercializados na região, como trigo, bacalhau e vinho.

Outra importante medida foi o fim da autonomia das Câmaras Municipais. A partir de 1696, elas passaram a ser dirigidas pelos juízes de fora, agentes diretos do rei.

A Coroa incentivou ainda as manufaturas em Portugal; fundou a Colônia do Sacramento (1680), no atual Uruguai, com o objetivo de facilitar o acesso à prata da América espanhola; e estimulou a organização de expedições para descobrir metais e pedras preciosas na colônia.

Todas essas iniciativas revelavam o esforço do governo português para intensificar o controle sobre seu império ultramarino e, principalmente, sobre seus domínios americanos, na esperança de solucionar os graves problemas econômicos do reino.

Colônia reage ao Controle Comercial

As medidas tomadas pela Coroa Portuguesa ampliavam o controle metropolitano sobre o

comércio colonial e submetiam os colonos aos preços estabelecidos pelos portugueses. Essa situação gerou um clima de forte tensão que, somado aos conflitos de interesses entre as elites coloniais, explodiu em várias revoltas na colônia.

É importante destacar que essas revoltas tinham uma motivação local e circunstancial, ou seja, não havia um sentimento de unidade nacional. Elas questionavam aspectos da administração metropolitana, porém não reivindicavam a ruptura com Portugal.

Veja, a seguir, algumas dessas reações.

A Revolta do Maneta

A cobrança de taxas foi a motivação central para a Revolta do Maneta, ocorrida em 1711. Disputas envolvendo França e Inglaterra na Europa levaram os franceses a atacar Portugal, principal aliado da Inglaterra, invadindo sua colônia americana. O local escolhido foi o Rio de Janeiro, onde os franceses chegaram com cerca de 4 mil homens, várias naus e centenas de canhões. Para não atacar a cidade, exigiram uma quantia exorbitante em dinheiro, caixas de açúcar e bois.

A Coroa decidiu transferir para os colonos os custos do resgate aumentando os impostos sobre o comércio do sal e sobre a compra de escravos africanos. Indignados com a medida, populares de Salvador, sob a liderança do comerciante João Figueiredo da Costa, conhecido como Maneta, iniciaram o levante. Os revoltosos conseguiram a suspensão temporária dos tributos pagos à Coroa, além da redução do preço do sal. No entanto, as principais lideranças foram punidas com açoite e confisco dos bens.

A Revolta de Beckman (1684-1685)

A falta de mão de obra tornou-se um problema para os colonos do Maranhão. Eles não podiam empregar o braço indígena, pois a escravidão dos nativos, combatida pelos jesuítas, tinha sido proibida em 1680. Além disso, alguns produtos que eram monopólio da Companhia de Comércio do Estado do Maranhão não chegavam à região, e os preços das mercadorias vindas da metrópole aumentavam constantemente.

Graças a esses fatores, em 1684 eclodiu uma revolta no Maranhão, liderada pelos irmãos e senhores de engenho Manuel e Thomas Beckman, com o apoio dos proprietários de terra.

Os revoltosos ocuparam o depósito da Companhia de Comércio do Estado do Maranhão, prenderam os jesuítas, depuseram o governador e apoiaram Manuel Beckman como chefe do novo governo.

O movimento, porém, foi sufocado pelas forças da Coroa. Em novembro de 1685, o líder Manuel

Beckman e seu parceiro Jorge Sampaio foram executados e os outros envolvidos, presos ou condenados ao degredo.

Guerra dos Mascates (1710- 1711)

No início do século XVIII, Recife, mesmo sendo um importante centro econômico da capitania de Pernambuco, não tinha o título de vila. Os comerciantes que lá moravam ficavam submetidos às decisões tomadas pelos fazendeiros da vizinha Olinda.

Insatisfeitos com a situação, os comerciantes de Recife, chamados pejorativamente de mascates, começaram a exigir participação no governo local. Em 1710, por ordem régia, Recife foi elevado à categoria de vila.

Afrontados com tais medidas, os senhores de engenho de Olinda proclamaram uma revolta armada e marcharam em direção a Recife, dando início à Guerra dos Mascates.

Seguiu-se uma série de enfrentamentos até a vitória final dos mascates com o apoio das tropas da Coroa. Além de manter a condição de vila, Recife transformou-se em sede da capitania de Pernambuco, em 1711.